

EDITAL

CONCORRÊNCIA Nº 02/2013-CPL/SESAPI

Processo nº AA.900.1.008891/13-36

O **ESTADO DO PIAUÍ**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, através da Comissão Permanente de Licitação (CPL/SESAPI), designada pela Portaria nº 0658/2013 de 06/06/2013, nos termos do Processo nº **AA.900.1.008891/13-36**, instaura por meio deste **EDITAL DE CONCORRÊNCIA – CPL/SESAPI**, que toma o número **02/2013**, para contratação do objeto adiante caracterizado, para execução indireta sob o regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

A licitação, regida pela Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e suas alterações posteriores, será do tipo **MENOR PREÇO, COM ADJUDICAÇÃO POR LOTE**, consoante o disposto no inciso I do parágrafo 1º, do artigo 45 e artigo 10, inciso II, alínea "a", da Lei retromencionada, atendidas as limitações expressamente fixadas neste Edital, e nos documentos que o completam.

O Edital, Especificações e Quadros de Discriminações Orçamentárias definidos pela SESAPI, estão disponíveis para exame ou aquisição dos interessados na Sala da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/SESAPI**, situada na Avenida Pedro Freitas, S/N, Bairro São Pedro, Centro Administrativo (Creche Risoleta Neves), em Teresina-Piauí, de 7:30 a 13:30 horas.

1. DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto desta licitação a contratação de empresa para a **EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DOS HOSPITAIS REGIONAIS DE FLORIANO – PI (HOSPITAL TIBÉRIO NUNES), DE PARNAÍBA – PI (HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE) E DE PICOS – PI (HOSPITAL JUSTINO LUZ), PARA IMPLANTAÇÃO DE UTI/UCI NEONATAIS NOS RESPECTIVOS HOSPITAIS**, que será **ADJUDICADO POR LOTE**, com as particularidades de cada Obra e cada Projeto, nos termos do Processo nº **AA.900.1.008891/13-36** e nos moldes dos Projetos de Engenharia (Especificações Técnicas) em anexo, conforme as seguintes discriminações:

a) **LOTE 01**: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL TIBÉRIO NUNES EM FLORIANO – PI, PARA IMPLANTAÇÃO DE UTI/UCI NEONATAL;

b) **LOTE 02**: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DIRCEU ARCOVERDE EM PARNAÍBA – PI PARA IMPLANTAÇÃO DE UTI/UCI NEONATAL E ENFERMARIAS;

c) **LOTE 03**: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ EM PICOS – PI PARA IMPLANTAÇÃO DE UTI/UCI NEONATAL (AMPLIAÇÃO DA UTI ADULTO) E DAS ENFERMARIAS.

1.2. A forma pela qual deverão ser executadas as obras e serviços licitados e as diversas obrigações dos licitantes e do(s) adjudicatário(s) do objeto desta licitação estão registradas neste Edital, nas especificações técnicas, planilhas orçamentárias e no projeto básico (ANEXO I), e na Minuta do Contrato (ANEXO IX) e demais anexos que, igualmente, integram o dossiê de informações sobre a licitação.

1.2.1. Os projetos básicos poderão ser adquiridos pelos interessados na **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/SESAPI**, localizada na Avenida Pedro Freitas, S/N, Bairro São Pedro, Centro Administrativo (Creche Risoleta Neves), CEP 64018-200, em Teresina (PI), mediante apresentação de instrumental para cópia dos arquivos eletrônicos.

1.3. O objeto desta Concorrência será pago com recursos oriundos da seguinte dotação orçamentária: **170139 - Natureza da Despesa; 449051 - Fonte de Recursos; 100 - Tesouro Estadual**, no valor estimado total de **R\$ 4.995.175,05 (quatro milhões, novecentos e noventa e cinco mil, cento e setenta e cinco reais e cinco centavos)**, sendo **R\$ 1.390.381,84** (hum milhão, trezentos e noventa mil, trezentos e oitenta e um reais e oitenta e quatro centavos) para o **Lote 01**; **R\$ 1.551.270,57** (hum milhão, quinhentos e cinquenta um mil, duzentos e setenta reais e cinquenta e sete centavos) para o **lote 02** e **R\$ 2.053.522,64** (dois milhões, cinquenta e três mil, quinhentos e vinte e dois reais e sessenta e quatro centavos) para o **Lote 03**, sendo este o preço máximo que a SESAPI se propõe a pagar.

2. HORA, DATA E LOCAL:

2.1. No dia **11 de setembro de 2013**, às **09:00 (NOVE) horas**, na **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL/SESAPI**, localizada na Av. Pedro Freitas, S/N, Bairro São Pedro, no Centro Administrativo, em Teresina - PI, a(s) empresa(s) interessada(s) fará(ão) entrega da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e de sua PROPOSTA COMERCIAL à Comissão Permanente de Licitação – CPL/SESAPI, que estará reunida para esta finalidade, ocasião em que serão abertos os envelopes de documentos de habilitação e, havendo condições legais, as propostas de preços.

2.2. Os documentos exigidos nesta Licitação poderão ser encaminhados por **via postal**, neste caso com Aviso de Recebimento, desde que os mesmos estejam em poder da COMISSÃO, até a data e hora acima estabelecida.

2.3. Se na data indicada para recebimento da "Documentação e Proposta de Preços", não houver expediente na SESAPI, a abertura da Licitação fica transferida para o primeiro dia útil seguinte, observado o mesmo local e horário.

3. DA PARTICIPAÇÃO:

3.1. Respeitadas as demais condições legais e as constantes deste Edital, poderão participar da presente licitação empresas pertencentes ao ramo do objeto licitado que atenderem às condições e exigências estabelecidas neste Edital e que apresentarem, na hora, data e local indicado, os documentos referentes à habilitação e proposta de preços.

3.1.1. Os documentos referentes à "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA" serão apresentados por procurador, devidamente credenciado por instrumento público ou particular de procuração, ou carta de credenciamento com poderes específicos para esta licitação, acompanhado da respectiva cédula de identidade, com plenos poderes para tomar todas e quaisquer deliberações atinentes a esta licitação e o ato constitutivo, estatuto ou contrato social da empresa licitante.

3.1.2. Sendo a procuração pertinente, a mesma deverá ter, além de poderes específicos para esta licitação, a firma reconhecida em cartório do domicílio do outorgante. Se carta de credenciamento, deverá conter, além da nomeação e da qualificação do

credenciamento, a outorga de poderes para representar a licitante em todos os atos do procedimento licitatório, devendo ser firmada pelo representante legal da licitante.

3.2. O licitante que pretender apresentar proposta nos termos desta Concorrência deverá prestar garantia de **1% (UM POR CENTO)** do valor estimado para cada LOTE a que concorrer, conforme item 1.3, como condição de participação. Em **Dinheiro, Carta de Fiança Bancária, ou Apólice de Seguro - Garantia**. Se em dinheiro, depositar em conta a ser indicada pela Comissão Permanente de Licitação – CPL/SESAPI, apresentando o original ou a cópia autenticada do comprovante do depósito no envelope de DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, conforme consignado no item (2.1).

3.2.1. Nos casos de **Carta de Fiança Bancária** ou **Apólice de Seguro-Garantia**, assim como no caso de Depósito de Dinheiro, deverão ser entregues à CPL/SESAPI no envelope de DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

3.3. Os interessados em participar desta Concorrência, do ramo pertinente ao seu objeto, deverão possuir cadastro na Secretaria Estadual da Administração/Cadastro Único de Fornecedores – CADUF/PI, na correspondente especialidade, que manifestem seu interesse no momento do Credenciamento.

3.4. Não será admitido o consórcio de empresas.

3.5. Os documentos referentes à Habilitação, quando apresentados com validade expirada e sem comprovação de regularidade, implicarão na imediata exclusão do Licitante.

3.6. Não poderão participar, direta ou indiretamente, da licitação, ou da execução de obra, serviço, ou de fornecimento de bens a eles necessários, as empresas que:

3.6.1. Sejam consideradas inidôneas ou suspensas para participar de licitação em qualquer órgão/entidade governamental, ou que estejam concordatárias, ou com falência decretada ou requerida;

3.6.2. O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

3.6.3. Empresa da qual o autor do Projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

3.6.4. Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

3.6.4.1. Entende – se por Servidor de Órgão ou Entidade Contratante, todo e qualquer funcionário, servidor, prestador de serviços, direto ou através de cargo comissionado, ou que possua qualquer vínculo contratual direto com a administração pública estadual, conforme preceitua o art. 9º, III, da Lei 8.666/93.

3.6.5. O disposto no item anterior aplica-se aos membros da comissão de licitação.

3.6.6. Os empresários e as empresas que se encontrarem sob falência ou em processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou, ainda, em fase de dissolução ou liquidação, conforme Lei nº 11.101/2005.

3.6.7. Empresas e empresários apenados com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração, verificando inclusive junto ao CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) – www.portaltransparência.gov.br, conforme Decreto Estadual nº 14.580, de 12 de setembro de 2012.

3.6.8. Empresa declarada inidôneas de acordo com o previsto no inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 por órgão ou entidades da administração direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou Distrito Federal, e que não tenha sua idoneidade restabelecida; verificando inclusive junto ao CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) – www.portaltransparência.gov.br, conforme Decreto Estadual nº 14.580, de 12 de setembro de 2012.

3.6.8.1. Caso constatado, ainda que a *posteriori* tal situação, a empresa licitante será desclassificada, ficando esta e seus representantes incurso nas sanções previstas no artigo 90 da Lei nº 8.666/93.

3.7. As empresas organizadas sob a forma de EPP ou ME, sob amparo da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, deverão observar o artigo 43 daquele diploma, apresentando, na fase de habilitação, toda a documentação adiante exigida, ainda que com restrições.

3.8. A dispensa de verificação da regularidade fiscal na fase de habilitação não traduz dispensa da documentação referente à situação fiscal da EPP ou ME, apenas posterga essa verificação para o momento da celebração do contrato, observando-se o artigo 42 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

3.9. Na presente licitação será assegurado, como critério de desempate, a preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de acordo com o artigo 5º do Decreto nº 6.204, de 05/09/2007. Nas demais hipóteses, havendo empate, este será resolvido por sorteio, nos termos da Lei nº 8.666/93.

3.10. Relativamente a EPP e ME, considera verificado empate nos casos estabelecidos pelo fixado no § 2º do artigo 5º do Decreto nº 6.204, de 05/09/2007.

3.11. Nenhuma pessoa, natural ou jurídica, ainda que munida por procuração poderá representar nesta licitação mais de um licitante.

3.12. As licitantes deverão proceder, antes da elaboração das propostas, à verificação minuciosa de todos os elementos fornecidos, comunicando por escrito à CPL, até 05 (cinco) dias úteis antes da reunião de abertura da licitação, os erros, dúvidas e/ou omissões porventura observados. A não comunicação no prazo acima estabelecido implicará na tácita aceitação dos elementos fornecidos, não cabendo, em nenhuma hipótese, qualquer reivindicação posterior com base em imperfeições, incorreções, omissões ou falhas.

3.13. O Licitante poderá adquirir o Edital gratuitamente em meio magnético na CPL, caso em que o licitante deverá fornecer um CD virgem ou *Pen Drive*.

4. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS:

4.1. Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, em 01 (uma) via, e as **PROPOSTAS DE PREÇOS**, também em 01 (uma) via, deverão ser entregues de forma impressa, contidos em

invólucros opacos e fechados com cola e/ou de forma tal que torne detectável qualquer intento de violação de seu conteúdo, estes trazendo na face o seguinte sobrescrito, respectivamente:

4.1.1. ENVELOPE "A" - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 02/2013-CPL/SESAPI
ENVELOPE "A" - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
NOME DA LICITANTE:

4.1.2. ENVELOPE "B" - PROPOSTAS

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 02/2013-CPL/SESAPI
ENVELOPE "B" – PROPOSTA – LOTE:
NOME DA LICITANTE:

4.2. É obrigatória a assinatura do Responsável Técnico da PROPONENTE nas PROPOSTAS, bem como o respectivo número de Registro no CREA, conforme Resolução nº 282, de 24/08/1983, do CONFEA/CREA.

4.3. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e as PROPOSTAS deverão ser apresentados por preposto da LICITANTE com poderes de representação legal, através de procuração pública ou particular com firma reconhecida. A não apresentação não implicará em inabilitação, no entanto, o representante não poderá pronunciar-se em nome da LICITANTE, salvo se estiver sendo representada por um de seus dirigentes, que comprove tal condição através de documento legal.

4.3.1. Qualquer pessoa poderá entregar os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e as Propostas de mais de uma LICITANTE, porém, nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma LICITANTE junto à COMISSÃO, sob pena de exclusão sumária das LICITANTES representadas

5. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE "A":

5.1. Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** *deverão* ser apresentados da seguinte forma:

a) Em originais ou publicação em Órgão Oficial, ou, ainda, por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório ou pela Comissão Permanente de Licitação/CPL/SESAPI, à vista dos originais;

b) Dentro do prazo de validade, para aqueles cuja validade possa expirar. Na hipótese do documento não conter expressamente o prazo de validade, deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre a validade do mesmo. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data de sua emissão;

c) Rubricados e numerados seqüencialmente, da primeira à última página, de modo a refletir seu número exato;

d) A eventual falta de numeração ou a numeração incorreta será suprida pelo representante da LICITANTE na sessão de abertura dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.2. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO consistirão de:

5.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

5.2.1.1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de ata da assembléia que elegeu seus atuais Administradores. Em se tratando de sociedades civis, Ato Constitutivo acompanhado de prova de diretoria em exercício.

5.2.1.2. Prova de Existência de Personalidade Jurídica, mediante:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social como esteja em vigor na data da apresentação, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de eleição da diretoria em exercício;

d) Prova de inscrição na: Fazenda Federal (CNPJ); Fazenda Estadual ou documento comprobatório de isenção; e Fazenda Municipal.

5.2.2. REGULARIDADE FISCAL:

5.2.2.1. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede da LICITANTE:

a) A comprovação de quitação para com a Fazenda Federal deverá ser feita através da Certidão Conjunta da Receita Federal e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

b) A comprovação de quitação para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Negativa de Débitos (tributos e dívida ativa);

c) A comprovação para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos (tributos e dívida ativa).

5.2.2.2. Prova de situação regular perante a Previdência Social (INSS), através da Certidão Negativa de Débito – CND.

5.2.2.3. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, através de Certificado de Regularidade de Situação – CRS.

5.2.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

5.2.3.1. Prova de inscrição ou registro da LICITANTE, junto ao Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia (CREA), da localidade sede da PROPONENTE.

5.2.3.2. Comprovação da capacidade técnico-operacional da empresa licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, a ser feita por intermédio de Atestados ou Certidões fornecidas por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em que figure o nome da empresa concorrente na condição de “contratada”, e devidamente registrados junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, sendo:

a) Os atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, acompanhados das respectivas CAT (Certidão de Acervo Técnico), emitidas pelo CREA, em nome do profissional de nível superior legalmente habilitado, integrante do quadro permanente da licitante, onde fique comprovada a sua responsabilidade técnica na execução de obra de construção semelhante à do objeto licitado, de acordo com as especificações técnicas contidas no Projeto Básico (Anexo I) para cada Lote, a seguir:

LOTE 01: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL TIBÉRIO NUNES EM FLORIANO – PI PARA IMPLANTAÇÃO DE UTI/UCI NEONATAL;

LOTE 02: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DIRCEU ARCOVERDE EM PARNAÍBA – PI PARA IMPLANTAÇÃO DE UTI/UCI NEONATAL E ENFERMARIAS;

LOTE 03: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ EM PICOS – PI PARA IMPLANTAÇÃO DE UTI/UCI NEONATAL (AMPLIAÇÃO DA UTI ADULTO) E DAS ENFERMARIAS.

5.2.3.3. Comprovação de possuir Cadastro na Secretaria Estadual da Administração/Cadastro Único de Fornecedoros – CADUF/PI, na correspondente especialidade.

5.2.3.4. Comprovação da empresa licitante de possuir em seu quadro, na data prevista para entrega da documentação, constante no preâmbulo deste Edital, profissional de nível superior ou outro(s) reconhecido pelo CREA, detentor (es) de **atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram executados**, acompanhado(s) da correspondente(s) Certidão de Acervo Técnico – CAT, que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, obras/serviços de características técnicas similares às do objeto licitado, que fica limitado na forma do § 1º inciso I do artigo 30 da Lei nº 8666/93, cujas parcelas de maiores relevância, de acordo com as especificações técnicas contidas no Projeto Básico (Anexo I) para cada Lote, são as seguintes:

LOTE 01: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL TIBÉRIO NUNES EM FLORIANO – PI PARA IMPLANTAÇÃO DE UTI/UCI NEONATAL:

- a) FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS;
- b) PAREDES E PAINÉIS;
- c) ESQUADRIAS E FERRUGENS;
- d) COBERTURA;
- e) INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS;
- f) INSTALAÇÕES SANITÁRIAS;
- g) INSTALAÇÕES ÁGUAS PLUVIAIS;
- h) INSTALAÇÕES ELÉTRICAS;
- i) INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR;

- j) CABEAMENTO ESTRUTURADO;
- k) COMBATE À INCÊNDIO;
- l) SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA);
- m) INSTALAÇÕES DE GASES MEDICINAIS;
- n) REVESTIMENTOS;
- o) PISOS;
- p) PINTURA;

LOTE 02: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DIRCEU ARCOVERDE EM PARNAÍBA – PI PARA IMPLANTAÇÃO DE UTI/UCI NEONATAL E ENFERMARIAS:

- a) FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS;
- b) PAREDES E PAINÉIS;
- c) ESQUADRIAS E FERRUGENS;
- d) COBERTURA;
- e) INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS;
- f) INSTALAÇÕES SANITÁRIAS;
- g) INSTALAÇÕES ELÉTRICAS;
- h) INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR;
- i) CABEAMENTO ESTRUTURADO;
- j) COMBATE À INCÊNDIO;
- k) SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA);
- l) INSTALAÇÕES DE GASES MEDICINAIS;
- m) REVESTIMENTOS;
- n) PISOS;
- o) PINTURA;

LOTE 03: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ EM PICOS – PI PARA IMPLANTAÇÃO DE UTI/UCI NEONATAL (AMPLIAÇÃO DA UTI ADULTO) E DAS ENFERMARIAS:

- a) FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS;
- b) PAREDES E PAINÉIS;
- c) ESQUADRIAS E FERRUGENS;
- d) COBERTURA;
- e) INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS;
- f) INSTALAÇÕES SANITÁRIAS;
- g) INSTALAÇÕES ELÉTRICAS;
- h) INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR;
- i) CABEAMENTO ESTRUTURADO;
- j) COMBATE À INCÊNDIO;
- k) SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA);
- l) INSTALAÇÕES DE GASES MEDICINAIS;
- m) REVESTIMENTOS;
- n) PISOS;
- o) PINTURA.

5.2.3.5. Para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional, a empresa licitante poderá apresentar tantos atestados quanto julgar necessário, desde que, de profissionais pertencentes ao seu quadro e que comprovem o seu vínculo com a empresa; cabendo comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais

para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

5.2.3.6. No caso de o responsável técnico não constar da relação de responsáveis técnicos junto ao CREA, o acervo do profissional será aceito, desde que ele demonstre ser pertencente ao quadro permanente da empresa através de um dos seguintes documentos:

a) Quando empregado, o vínculo empregatício será comprovado através de cópia da "ficha ou livro de registro de empregado", ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;

b) Quando sócio, a comprovação será demonstrada através da cópia do contrato social.

5.2.3.7. Quando a CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO emitida pelo CREA não explicitar com clareza os serviços objeto do Acervo Técnico, esta deverá vir acompanhada do seu respectivo Atestado, devidamente registrado e reconhecido pelo CREA. A CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO poderá ser substituída por ATESTADO TÉCNICO devidamente certificado pelo CREA, bem como acompanhado da respectiva ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.

5.2.3.8. Deverão constar, preferencialmente, das CERTIDÕES DE ACERVO TÉCNICO ou dos ATESTADOS expedidos pelo CREA, em destaque, os seguintes dados: data de início e término da obra; local de execução; nome do CONTRATANTE e da CONTRATADA; nome dos responsáveis técnicos, seus títulos profissionais e números de registros no CREA; especificações técnicas da obra e os quantitativos executados.

5.2.3.9. Não serão aceitas CERTIDÕES DE ACERVO TÉCNICO ou ATESTADOS de Projetos, Fiscalização, Supervisão, Gerenciamento, Controle Tecnológico ou Assessoria Técnica de Obras.

5.2.3.10. Os Acervos e Atestados Técnicos utilizados para fins da Comprovação Técnico-operacional e Técnico profissional, terão sua validade limitadas às atribuições do profissional.

5.2.3.11. Compromisso de participação do pessoal técnico qualificado, no qual os profissionais indicados pela PROPONENTE para fins de comprovação de capacitação técnica, declarem que participarão, permanentemente, a serviço da PROPONENTE, das obras objeto desta licitação, conforme modelo do **ANEXO 6 – MODELO DE COMPROMISSO DE PARTICIPAÇÃO**.

5.2.3.12. Declaração de que visitou o local onde serão executadas as obras, tomando conhecimento de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução dos mesmos e que o projeto é compatível com o local, com **VISTO** do Coordenador do NÚCLEO DE EXECUÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA DA SESAPI/NEPE, conforme modelo do **ANEXO 7 – DECLARAÇÃO DE VISITA AO LOCAL DAS OBRAS**.

5.2.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA:

5.2.4.1. Prova de que dispõe de capital social em montante não inferior a 10% (DEZ POR CENTO) ao valor da obra, e cópia do último Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis exigíveis nos termos da lei, que comprovem a boa situação financeira do licitante.

a) A boa situação financeira a que se refere o item acima será extraída dos elementos constantes dos balanços patrimoniais e demais demonstrações contábeis demonstrada através da seguinte fórmula;

- i. – ILG (Índice de Liquidez Geral), maior ou igual a 1,0, aplicando a seguinte fórmula: $ILG = AC + RLP / PC + ELP$.
AC=Ativo circulante
RLP= Realizável a longo prazo
PC = Passivo circulante
ELP= Exigível a longo prazo
- ii. – ILC (índice de liquidez corrente), maior ou igual a 1,0, aplicando a seguinte fórmula AC/PC , onde,
AC = Ativo circulante
PC = Passivo circulante.
- iii. – ET (endividamento total), menor ou igual a 0,60, aplicando a seguinte fórmula: $ET = ET / AT$, onde,
ET = Exigível total
AT = Ativo total.

b) Os balanços das sociedades anônimas deverão ser apresentados em publicação do Diário Oficial.

c) Quando o balanço patrimonial estiver encerrado há mais de 03 (três) meses da data da apresentação dos documentos, poderá ser atualizado por índices oficiais, Vedado sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

d) Os índices de que trata o subitem 5.2.4.1 serão calculados e apresentados pelo Licitante, devidamente confirmados pelo responsável por sua contabilidade, mediante sua assinatura e a indicação do seu nome e do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade.

e) Aos demais tipos societários, a Comissão de Licitação poderá solicitar a apresentação da cópia do termo de abertura e de encerramento do LIVRO DIÁRIO, devidamente registrado pelo órgão de registro de Comércio, onde é extraído o balanço patrimonial, para fins de comprovação das informações.

5.2.4.2 Certidão Negativa de falência ou concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, observadas as disposições da lei 11.101/05.

5.2.4.3. Quando a certidão não estiver com indicação de prazo de validade, nestes casos, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da expedição da mesma.

5.2.4.4. Comprovante de recolhimento de **GARANTIA DE PARTICIPAÇÃO** na licitação, de **1% (UM POR CENTO)** do valor estimado **para cada LOTE** a que concorrer (ver item 1.3), em qualquer das modalidades previstas no item 3.2 do Edital (Depósito em Dinheiro, Carta de Fiança Bancária, ou Apólice de Seguro-Garantia).

5.2.4.5. Caso a garantia de participação for do tipo "Carta de Fiança Bancária", deverá obedecer ao modelo constante do ANEXO ao presente Edital e com firma devidamente reconhecida em cartório.

5.2.4.6. No caso de opção pela garantia de participação do tipo "Apólice de Seguro-Garantia", o mesmo deverá ser feito mediante entrega da competente apólice emitida por

entidade em funcionamento no país, em nome da SESAPI, com firma devidamente reconhecida em cartório.

5.2.4.7. No caso de opção por caução em dinheiro, o interessado deverá procurar a CPL e, posteriormente, a Tesouraria da SESAPI, para obter instruções de como efetuar-la.

5.2.4.8. A garantia tratada no subitem **5.2.4.4** deste Edital **terá validade igual ao prazo de execução da obra**, a partir da data marcada para entrega das propostas.

5.2.4.9. A garantia de participação poderá ser levantada da seguinte forma:

5.2.4.9.1. Pelo licitante inabilitado ou desclassificado, após declarar oficialmente estar de acordo com o resultado e desistindo do prazo de recurso, ou após encerramento da fase de habilitação ou classificação das propostas;

5.2.4.9.2. Pelos demais licitantes, inclusive o vencedor, após a assinatura do(s) contrato(s) decorrente(s) desta licitação.

5.2.5. QUALIFICAÇÃO TRABALHISTA:

5.2.5.1. Declaração do LICITANTE, comprovando o fiel cumprimento das recomendações determinadas pelo art. 7, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo **ANEXO 03 – MODELO DE DECLARAÇÃO – EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA:**

5.2.5.1.1. Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, e do artigo 27, inciso V, da Lei nº 8.666/93.

5.2.5.2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou seja, apresentação de certidão negativa que prova inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho (ver Lei 12.440/11, acrescentando a Lei 8.666/93, art. 27, IV e 29, V).

5.2.5.3. Declaração de não possuir em seu quadro societário servidor (es) público (s) estadual (is).

5.2.5.4. A LICITANTE deverá fornecer, a título de informação, número de telefone, fax e nome de pessoa para contato, preferencialmente local. A ausência desses dados não a tornará inabilitada.

6. DA PROPOSTA - ENVELOPE "B":

6.1. A PROPOSTA, conforme minuta do **ANEXO 2 – MODELO DE CARTA PROPOSTA** conterá, no mínimo:

6.1.1. Nome da empresa PROPONENTE, endereço e número de inscrição no CNPJ;

6.1.2. Validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias;

6.1.3. Preço global, expressos em reais, especificando os preços unitários e totais das parcelas que o compõem.

6.1.4. Prazo de execução da obra.

6.1.5. Assinatura do responsável técnico.

6.2. Acompanharão obrigatoriamente as PROPOSTAS, como partes integrantes da mesma, os seguintes anexos, os quais deverão conter o nome da LICITANTE, a assinatura e o título profissional do engenheiro que os elaborou, e o número da Carteira do CREA desse profissional:

6.2.1. Planilhas de Orçamentos, contendo preços unitários e totais de todos os itens de serviço constantes do **ANEXO 1 – PLANILHAS DE PREÇOS BÁSICOS**;

6.2.2. Planilha de Composição de Preços Unitários, para todos os serviços constantes dos orçamentos apresentados, contendo todos os insumos e coeficientes de produtividade necessários à execução de cada serviço, quais sejam equipamentos, mão-de-obra (Remuneração em obediência à Convenção Coletiva do Trabalho), totalização de encargos sociais, insumos, transportes, taxa de BDI, totalização de impostos e taxas, e quaisquer outros necessários à execução dos serviços.

6.2.3. Planilha analítica de encargos sociais (igual para todos os serviços constantes da planilha);

6.2.4. Planilha analítica de impostos e taxas;

6.2.5. Composição analítica da taxa de BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) igual para todos os serviços constantes da planilha, que neste certame será de 20,10% (vinte vírgula dez por cento).

6.2.6. Cronograma Físico-Financeiro compatível com a obra.

6.3. A PROPOSTA apresentada pela Licitante contempla de forma implícita os gastos com CÁLCULOS ESTRUTURAIS e PROJETOS EXECUTIVOS DE INSTALAÇÕES.

6.3.1. A empresa licitante deverá obedecer rigorosamente às planilhas, especificações e projetos apresentados pela SESAPI.

6.4. A LICITANTE deverá fornecer a ficha de dados da pessoa que irá assinar o Contrato, caso a empresa seja declarada vencedora deste certame, conforme **ANEXO 5 - MODELO DE FICHA DE DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL**. A ausência dessa ficha não o tornará desclassificado.

6.6. As PROPOSTAS deverão ser rubricadas e numeradas seqüencialmente, da primeira à última folha, de modo a refletir seu número exato.

6.6.1. A eventual falta de numeração ou a numeração incorreta será suprida pelo representante da LICITANTE na sessão de abertura das propostas.

6.7. Valor global máximo permitido pela Secretaria de Estado da Saúde para as obras/serviços objeto desta licitação é de **R\$ 4.995.175,05 (quatro milhões e novecentos e noventa e cinco mil e cento e setenta e cinco reais e cinco centavos)**, conforme disposto no inciso X, do artigo 40, da Lei nº 8.666/93, modificado pela Lei nº 9.648/98, já incluso a taxa de BDI de 20,10% (vinte vírgula dez por cento). Referência: Código SINAPI – janeiro/2013; SEINFRA – CE; (ORÇAMENTO GERAL), sendo:

Para o **Lote 01 - R\$ 1.390.381,84** (hum milhão e trezentos e noventa mil e trezentos e oitenta e um reais e oitenta e quatro centavos);

Para o **lote 02 - R\$ 1.551.270,57** (hum milhão e quinhentos e cinquenta e um mil e duzentos e setenta reais e cinquenta e sete centavos);

Para o **Lote 03 - R\$ 2.053.522,64** (dois milhões e cinquenta e três mil e quinhentos e vinte e dois reais e sessenta e quatro centavos).

7. DA FONTE DE RECURSOS:

7.1. Os recursos financeiros para a despesa decorrente desta contratação correm por conta do Estado do Piauí, por intermédio da Secretaria da Saúde – SESAPI, conforme a dotação orçamentária: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 170139 (SESAPI); PROJETO/ATIVIDADE: 1214 – CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UBA/UPA E HOSPITAIS REGIONAIS DE PICOS, PARNAÍBA E FLORIANO; FONTE DE RECURSO: 100/TESOURO ESTADUAL.**

8. DO PROCEDIMENTO:

8.1. Os trabalhos da sessão pública para recebimento dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTAS obedecerão aos trâmites estabelecidos nos subitens seguintes:

8.1.1. Na presença das PROPONENTES e demais pessoas que quiserem assistir à sessão, a COMISSÃO receberá os invólucros devidamente fechados, contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e as PROPOSTAS;

8.1.2. Para a boa conduta dos trabalhos, cada LICITANTE deverá se fazer representar por, no máximo, 02 (duas) pessoas;

8.1.3. Os membros da COMISSÃO e 02 (dois) representantes das LICITANTES, escolhidos entre os presentes como representantes das PROPONENTES, examinarão e rubricarão todas as folhas dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTAS apresentados;

8.1.4. Recebidos os envelopes "A" – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e "B" PROPOSTAS, proceder-se-á a abertura daqueles referentes à documentação de habilitação;

8.1.5. A COMISSÃO poderá ao seu exclusivo critério, proclamar na mesma sessão, o resultado da habilitação, ou convocar outra para esse fim, ficando cientificados os interessados;

8.1.6. Proclamado o resultado da habilitação, e decorrido o prazo para interposição de recurso, ou no caso de renúncia do direito recursal, a COMISSÃO procederá a abertura das PROPOSTAS das LICITANTES habilitadas;

8.1.7. A COMISSÃO devolverá os envelopes de PROPOSTAS às LICITANTES inabilitadas, se não houver recursos ou, se houver, após sua denegação.

8.2. Após a entrega dos invólucros contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e das PROPOSTAS, nenhum documento adicional será aceito ou considerado no julgamento, e nem serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou retificações.

8.2.1. É facultado à COMISSÃO, de ofício ou mediante requerimento do interessado, em qualquer fase da licitação realizar diligências, destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

8.3. De cada sessão realizada será lavrada a respectiva ata circunstanciada, a qual será assinada pela COMISSÃO e pelos representantes das LICITANTES.

8.4. O resultado de julgamento final da Licitação será comunicado na mesma sessão ou posteriormente através de publicação no Diário Oficial do Estado.

8.5 Os recursos, em qualquer das fases da licitação, quando ocorrerem, serão interpostos e julgados com estrita observância da Lei das Licitações, art. 109.

9. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO:

9.1. A responsabilidade pelas informações, pareceres técnicos e econômicos exarados na presente Concorrência é exclusiva da equipe técnica da SESAPI.

A – AVALIAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE “A”

9.2. A habilitação será julgada com base nos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO apresentados, observadas as exigências pertinentes à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal, Qualificação Técnica, Qualificação Trabalhista e à Qualificação Econômica e Financeira.

B – AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS – ENVELOPE “B”

9.3. Serão desclassificadas as PROPOSTAS que apresentarem:

a) Condições ilegais, omissões, erros e divergência ou conflito com as exigências deste Edital;

b) Proposta em função da oferta de outro competidor na licitação;

c) Preço unitário simbólico ou irrisório, havido assim como aquele incompatível com os preços praticados no mercado, conforme a Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

d) Preço excessivo, assim entendido como aquele superior ao orçado pela SESAPI, estabelecido no item 6.7 deste Edital;

e) Preços globais inexequíveis na forma do art. 48 da Lei das Licitações;

f) Preço unitário superior a qualquer item ou subitem da planilha de preços básicos elaborada pela SESAPI e apresentada no **ANEXO 1 – PLANILHA DE PREÇOS BÁSICOS**.

g) De acordo com o previsto no art. 40, X, c/c art. 48, "caput", II, e § 1º, ambos da Lei nº 8.666/93, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do valor orçado pela Administração para o objeto licitado ocasionarão a não homologação do certame, pelo que deverão ser rejeitadas por serem consideradas inexequíveis, óbice esse que também se aplica às propostas cujo BDI sobre o valor orçado pela Administração seja superior a 20,10% (vinte vírgula e dez por cento).

9.4. Na proposta prevalecerão, em caso de discordância entre os valores numéricos e por extenso, estes últimos.

9.5. Os erros de soma e/ou multiplicação, bem como o valor total proposto, eventualmente configurados nas PROPOSTAS das PROPONENTES, serão devidamente corrigidos, não se constituindo, de forma alguma, como motivo para desclassificação da proposta.

9.6. Havendo igualdade entre 02 (duas) ou mais propostas, o certame será decidido por sorteio.

9.7. É proibido a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.

9.8. Não se considerará, sob pena de descumprimento do disposto no item anterior e invalidação do presente certame, qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados, ou a fundo perdido, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.

9.9. A Comissão de Licitação poderá suspender a sessão sempre que julgar necessário analisar os documentos e propostas oferecidas pelos licitantes, objetivando confirmar as informações prestadas.

9.10. Na hipótese prevista no subitem anterior, os documentos e os envelopes contendo as propostas serão rubricados pelos participantes presentes e pelos membros da Comissão de Licitação, ficando sob sua guarda para abertura em outra sessão a ser indicada na ata de reunião, dando ciência previa a todos os licitantes.

9.11. A CPL/SESAPI lavrará ata circunstanciada registrando todas as ocorrências havidas no decorrer de todas as fases do procedimento licitatório, dando ciência prévia aos licitantes.

9.12. Após a fase de habilitação não poderá haver desistência da proposta salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, devidamente aceito pela Administração.

9.13. A apresentação da proposta implica aceitação plena e total das condições do EDITAL e seus anexos.

9.14. Será declarada vencedora a proposta de MENOR PREÇO GLOBAL, entre as propostas LICITANTES classificadas.

10. DA ADJUDICAÇÃO:

10.1. O objeto da licitação será adjudicado ao autor da proposta vencedora, mediante Contrato a ser firmado entre este e a Secretaria de Estado da Saúde – SESAPI. O adjudicatário **DO LOTE** tem o prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinatura do Contrato, contado da data de sua convocação para esse fim.

10.2. Além das obrigações legais regulamentares e as demais constantes deste instrumento e seus anexos, antes da assinatura do Contrato, obriga-se a PROPONENTE a:

10.2.1. Apresentar o comprovante da **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**, antes da assinatura do Contrato, numa das seguintes modalidades, no valor correspondente a **1% (um por cento)** da contratação:

a) Depósito-Caução em Dinheiro;

b) Carta de Fiança bancária (**ANEXO 4 – MODELO DA CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA – GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**);

c) Apólice de Seguro-garantia.

10.2.1.1. Na garantia para a execução do Contrato deverá estar expresso seu prazo de validade superior a 90 (noventa) dias do prazo contratual.

10.2.2. Prestar garantia adicional na forma do § 2º do art. 48 da Lei nº 8.666/93, quando for o caso.

10.2.3. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 5.2.4.4 supramencionado.

10.3. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões, que se fizerem necessários, até os limites previstos na LEI DAS LICITAÇÕES.

10.4. Quando a licitante adjudicatária não cumprir as obrigações constantes deste edital e não assinar o Contrato no prazo 05 (cinco) dias úteis, é facultada à CONTRATANTE declará-la desclassificada e convidar a segunda classificada, e assim sucessivamente, para assinar o contrato nas mesmas condições da primeira colocada, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação.

11. DO CONTRATO:

11.1. Após a homologação e adjudicação, a SESAPI convocará a licitante vencedora para assinar o Contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da convocação e nas condições estabelecidas nesta CONCORRÊNCIA, sob pena de a licitante vencedora decair do seu direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93.

11.2. O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, por uma única vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que os motivos justificadores do pedido sejam aceitos pela SESAPI.

11.3. É facultado a SESAPI, quando o convocado não assinar o Contrato, convidar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições proposta pelo vencedor, inclusive quanto aos preços. Entretanto, ao invés de assim proceder, poderá a SESAPI revogar a licitação, sem prejuízo de aplicarem-se às regras do art. 81 da Lei nº 8.666/93.

11.4. Como condição indispensável à celebração do contrato, a empresa deverá indicar à SESAPI conta corrente bancária que mantenha em seu próprio nome, em estabelecimento que mantenha agência em Teresina, na qual serão feitos os depósitos dos valores que venham a ser devidos à CONTRATADA, além de apresentação de resultado negativo à

consulta ao CIES e demonstração da regularidade fiscal do contratado, conforme disposto no Dec. Est. 14.580/11.

11.5. Constam da minuta de contrato que compõe o presente EDITAL, as condições e forma de pagamento, as sanções para o caso de inadimplemento e as demais obrigações das partes, fazendo à mesma parte integrante deste EDITAL.

11.6. Até a data de assinatura do Contrato, poderá ser eliminado da licitação qualquer licitante que tenha apresentado documento ou declaração incorreta, bem como aquela cuja situação técnica ou econômico-financeira tenha se alterada após o início de processamento do pleito licitatório, prejudicando o seu julgamento.

11.7. A não assinatura do Contrato, por qualquer motivo, dentro do prazo fixado, por parte da licitante convocada implicará em sua eliminação, além da incidência de multa de 2% (dois por cento) do valor do Contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93.

12. DOS PRAZOS:

12.1. Os serviços objeto desta licitação deverão ser executados e concluídos dentro do prazo de **180 (CENTO E OITENTAS) DIAS para o Lote 01; 180 (CENTO E OITENTA) DIAS para o Lote 02 e 180 (CENTO E OITENTA) DIAS para o Lote 03**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço/Assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

12.2. Os pedidos de prorrogação de prazos deverão se fazer acompanhar de um relatório circunstanciado e do novo cronograma físico-financeiro adaptado às novas condições propostas. Esses pedidos serão analisados e julgados pela FISCALIZAÇÃO da SESAPI.

12.3. Os pedidos de prorrogação de prazos serão dirigidos à FISCALIZAÇÃO da SESAPI, até **60 (sessenta)** dias antes da data do término do prazo contratual, sob pena de não serem conhecidos.

12.4. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela SESAPI, não serão considerados como inadimplemento contratual.

13. DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO:

13.1. Os preços são firmes e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses da apresentação da proposta. Caso o prazo exceda a 12 (doze) meses os preços contratuais poderão ser reajustados com periodicidade anual, nos termos da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, tomando-se por base a data de que trata o subitem 2.1, pela variação de Índices Nacionais, calculados pela Fundação Getúlio Vargas e publicados na seção de Índices Econômicos da revista "Conjuntura Econômica" da FGV, pela seguinte fórmula:

$$R = V \left[\frac{I - I_0}{I_0} \right]$$

Sendo

- R = Valor do reajuste procurado;
V = Valor contratual da obra/serviço a ser reajustado;
Io = Índice inicial - refere-se ao índice de custos do mês correspondente à data fixada para entrega da proposta, *pro rata dia*;
I = Índice relativo à data do reajuste, *pro rata dia*.

13.2. O índice de reajuste empregado na fórmula acima será o Índice Nacional da Construção Civil – Coluna 35 - calculado e publicado pela Fundação Getúlio Vargas na revista Conjuntura Econômica.

13.3. Ocorrendo a hipótese de alteração do prazo de reajuste estabelecido neste Edital, o Contrato decorrente desta Concorrência, se adequará de pronto às condições que vierem a ser estabelecidas pelo Poder Executivo ou Legislativo, no tocante à política econômica brasileira, se delas divergentes.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – Em caso de atraso na execução das obras/serviços atribuível à licitante adjudicatária, os preços contratuais serão reajustados pela fórmula estabelecida no subitem precedente, obedecendo-se os seguintes critérios:

a) Se os índices aumentarem prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que a etapa das obras/serviços seria realizada de conformidade com o programado no cronograma físico-financeiro;

b) Se os índices diminuírem prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que as obras/serviços forem executados.

14. DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO:

14.1. Os pagamentos serão efetuados conforme segue:

14.1.1. Apresentação pela CONTRATADA dos Boletins de Medição dos serviços efetivamente realizados à FISCALIZAÇÃO da SESAPI;

14.1.2. Após a constatação da realização dos serviços executados, a FISCALIZAÇÃO aprovará os Boletins de Medição, encaminhando para o devido pagamento pela SESAPI.

14.2. O Boletim de Medição relativo aos serviços executados no período de cada mês civil deverá ser apresentado à SESAPI até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente a realização dos serviços, para fins de conferência e atestação até o dia 20 (vinte) de cada mês, sendo então encaminhados à CONTRATANTE que se responsabilizará pelos recolhimentos dos encargos relativos à medição.

14.3. O valor de cada medição será determinado pelo somatório da multiplicação das quantidades de serviços efetivamente executados pelo preço global de cada serviço apresentado na Proposta comercial.

14.4. A CONTRATADA se obriga a apresentar junto à fatura dos serviços prestados, além da nota fiscal e recibo, cópia da quitação das seguintes obrigações patronais referente ao mês anterior ao do pagamento:

a) Recolhimento das contribuições devidas ao INSS (parte do empregador e parte do empregado), relativas aos empregados envolvidos na execução do objeto deste instrumento;

b) Recolhimento do FGTS, relativo aos empregados referidos na alínea superior;

c) Comprovante de recolhimento do PIS, COFINS e ISS, dentro de 20 (vinte) dias a partir do recolhimento destes encargos.

14.5. A CONTRATADA deve apresentar juntamente com cada medição, relatório mensal sobre segurança e medicina do trabalho na obra/frente de serviço, indicando, se for o caso, os acidentes ocorridos e respectivas providências tomadas, fiscalizações realizadas pela Delegacia Regional do Trabalho e resultados destas, bem como as inspeções de iniciativa da própria CONTRATANTE.

14.6. O pagamento de cada fatura dependerá da apresentação dos documentos e quitações acima referidos.

14.7. Caso a medição seja aprovada pela FISCALIZAÇÃO da SESAPI, o pagamento dos serviços será efetuado até o 30º (trigésimo) dia seguinte ao dia da apresentação da fatura pela CONTRATADA na sede da CONTRATANTE.

14.8. O pagamento do preço contratual deverá guardar estreita relação com a execução dos serviços contratados e apresentação de seus efeitos ou resultados nos termos estabelecidos nos documentos da licitação em especial no cronograma físico-financeiro.

14.9. Os pagamentos dos serviços serão feitos por medições mensais, pelo Estado do Piauí, através da Secretaria de Estado da Saúde, em moeda legal e corrente no País, através de ordem bancária em parcelas compatíveis com o Cronograma Físico e Financeiro, contra a efetiva execução dos serviços e apresentação de seus efeitos, tudo previamente atestado pelo setor competente da SESAPI, em consonância com o SIAFEM – Sistema Integrado de Administração Financeira dos Estados e Municípios, mediante apresentação dos seguintes documentos:

I – Notas Fiscais de Serviços/Fatura.

II – Cópia da Guia da Previdência Social – GPS e Guia de Recolhimento do FGTS, devidamente quitadas, relativas ao mês da última competência vencida.

14.10. A Contratada poderá apresentar a SESAPI para pagamento, fatura ou documento equivalente. Recebida, a fatura ou cobrança será examinada pela SESAPI durante, no máximo, 10 (dez) dias. No exame a SESAPI, preliminarmente, verificará e certificará a efetiva execução dos serviços indicados na fatura e a regular entrega de seus efeitos. Estando tudo em ordem, o pagamento será feito em até 20 (vinte) dias contados do vencimento do prazo de exame da fatura, sem nenhum acréscimo ou agregado financeiro. Havendo correção a fazer, caso o pagamento seja efetuado a partir do 15º dia após o vencimento, a fatura retificada ou ajustada será processada como nova fatura, quanto aos prazos aqui estabelecidos.

14.11. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe caiba, sem prejuízo do que a referida obrigação pendente poderá ser descontada do pagamento devido pela SESAPI, pagando-se então, apenas o saldo, se houver.

14.12. Serão retidos na fonte os demais tributos e contribuições sobre os pagamentos mensalmente efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para cada tipo de serviço, conforme legislação.

14.13. Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento, desde que o contratado não tenha dado causa ao atraso, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, e haverá a incidência, uma única vez, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança (em observância ao disposto no art. 1º - F, da Lei 9494/97).

14.14. Os valores a serem pagos, no caso de ocorrer atraso na data prevista neste edital, deverão ser atualizados financeiramente, observado o subitem 14.13, desde que o contratado não tenha dado causa ao atraso, pelos índices de variação do IGP-M em vigor, pelos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança (em observância ao disposto no art. 1º - F, da Lei 9494/97), ou outro que revele o valor atual da moeda, calculado pela F.G.V., ou outro ente público, depois de decorridos 30 (trinta) dias da data da emissão do Atestado de Execução dos Serviços, que equivalem ao correspondente aceite na nota fiscal, ou fatura recebida pela SESAPI/PI, desde a data final de adimplemento de cada parcela dos serviços até a data do efetivo pagamento, ressalvada a responsabilidade da Contratada, estabelecida neste Edital e seus anexos.

14.15. O pagamento do preço previsto no contrato deverá observar o prazo não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, e o previsto no cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

14.16. Caso a execução dos serviços se estenda por mais de um ano, os preços da proposta vencedora poderão ser reajustados segundo índice que reflita o incremento de custos setoriais da Contratada, a cada período anual, conforme fixado na cláusula referente a reajustamento de preço.

14.17. A primeira fatura a ser paga deverá estar acompanhada da ART expedida pelo CREA da região onde estarão sendo executados as obras ou serviços, comprovando o registro do Contrato naquele Conselho e, também do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC, ficando condicionada a liberação do pagamento.

15. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS/DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA:

15.1. A CONTRATADA estará obrigada a satisfazer os requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:

a) Recrutar profissionais habilitados e com experiência comprovada fornecendo à CONTRATANTE relação nominal dos profissionais, contendo identidade e atribuição/especificação técnica;

b) Disponibilizar pessoal suficiente para execução da obra, bem como dispor de material necessário para sua conclusão;

c) Executar a obra através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas as quais venham a cometer no desempenho de suas funções, podendo a SESAPI solicitar a substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente;

d) Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;

e) Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção da obra, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;

f) Responder perante a CONTRATANTE, mesmo no caso de ausência ou omissão da FISCALIZAÇÃO, indenizando-a devidamente por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses, que possam interferir na execução do Contrato, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá a danos causados a terceiros, devendo a CONTRATADA adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das normas emanadas das autoridades competentes e das disposições legais vigentes;

g) Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho etc., ficando excluída qualquer solidariedade da CONTRATANTE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere à CONTRATANTE;

h) Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO;

i) Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município ou terceiros, decorrentes da prestação dos serviços;

j) Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;

k) Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a Lei nº 9.605, publicada no DOU de 13/02/98;

l) Responsabilizar-se perante os órgãos e representantes do Poder Público e terceiros por eventuais danos ao meio ambiente causados por ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos ou contratados;

m) Manter durante toda a execução da obra, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e

n) Manter nos locais dos serviços um "Livro de Ocorrências", onde serão registrados o andamento dos serviços e os fatos relativos às recomendações da FISCALIZAÇÃO. Os registros feitos receberão o visto da CONTRATADA e da FISCALIZAÇÃO;

o) A CONTRATADA deverá manter permanentemente na obra como residente um Engenheiro Civil com experiência comprovada em execução de serviços semelhantes aos licitados, devendo seu nome ser submetido à aprovação da FISCALIZAÇÃO da SESAPI, após a assinatura do Contrato;

p) Observar as normas, critérios e procedimentos ambientais para a gestão dos rejeitos provenientes da obra.

16. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS/DAS OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DA CONTRATADA:

16.1. A CONTRATADA estará obrigada a satisfazer aos requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:

a) Executar os serviços de acordo com as ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS e PROJETO BÁSICO, bem como observar o Princípio da vinculação ao edital da licitação que originou o presente Termo Contratual;

b) Atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais normas internacionais pertinentes ao objeto contratado;

c) Responsabilizar-se pela conformidade, adequação, desempenho e qualidade dos serviços e bens, bem como de cada material, matéria-prima ou componente individualmente considerado, mesmo que não sejam de sua fabricação, garantindo seu perfeito desempenho;

d) Apresentar, caso a CONTRATADA seja obrigada pela legislação pertinente, antes da 1ª medição, cronograma e descrição da implantação das medidas preventivas definidas no Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção – PCMAT, no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e seus respectivos responsáveis, sob pena de retardar o processo de pagamento;

e) Registrar o Contrato decorrente desta licitação no CREA, na forma da Lei, e apresentar o comprovante de “Anotação de Responsabilidade Técnica” correspondente antes da apresentação da primeira fatura à SESAPI, sob pena de retardar o processo de pagamento;

f) Registrar o Contrato decorrente desta licitação junto ao INSS, e apresentar a matrícula (CEI) correspondente antes da apresentação da primeira fatura à SESAPI, sob pena de retardar o processo de pagamento;

g) Fornecer toda e qualquer documentação, cálculo estrutural, projetos etc., produzidos durante a execução do objeto do Contrato, de forma convencional e em meio digital;

h) Adquirir e fornecer Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC e Equipamentos de Proteção Individual – EPI, a todos os empregados, bem como orientá-los quanto à necessidade e obrigatoriedade de seu uso em serviço;

i) O contratado deve manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

17.1. Será apresentada garantia de execução do Contrato, correspondente a **1% (um por cento)** do valor global do Contrato, conforme previsto no item 1.3, em qualquer das modalidades e valor previstos no item 5.2.4.4 deste Edital.

17.2. A devolução da garantia estabelecida neste item será feita no prazo de 03 (três) dias após a apresentação do Termo de Entrega e Recebimento Definitivo.

17.3. Para efeito da devolução de que trata o subitem anterior, a garantia prestada pela CONTRATADA, quando em moeda corrente nacional, será atualizada monetariamente, através da aplicação da Caderneta de Poupança, calculada "pro rata die".

17.4. No caso de rescisão do contrato e/ou de paralisação dos serviços, a caução não será devolvida, a menos que estes fatos ocorram por conveniência administrativa, por mútuo acordo e após acerto financeiro entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

18. DAS SUBCONTRATAÇÕES:

18.1. A CONTRATADA poderá subempreitar parte da obra, desde que expressamente autorizada pela CONTRATANTE, continuando a responder direta e exclusivamente pela fiel observância das obrigações contratuais, conforme exigências:

18.1.1. Serão aceitas subcontratações de outros bens e serviços para o fornecimento do objeto deste Contrato. Contudo, em qualquer situação, a PROPONENTE vencedora é a única e integral responsável pelo fornecimento global do objeto.

18.1.2. Em hipótese nenhuma haverá relacionamento contratual ou legal da CONTRATANTE com os subcontratados.

18.1.3. A CONTRATANTE reserva-se o direito de vetar a utilização de subcontratadas por razões técnicas ou administrativas.

19. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:

19.1. O recebimento da obra será feito por técnicos do **NÚCLEO DE EXECUÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA – NEPE/SESAPI** previamente designados para esse fim.

19.2. O objeto deste Contrato será recebido:

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, na medição final.

b) Definitivamente, pela equipe ou comissão técnica, mediante Termo de Entrega e Recebimento Definitivo, circunstanciado, assinado pelas partes, em até 90 (noventa) dias contados do recebimento provisório, período este de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

19.3. O Termo de Entrega e Recebimento Definitivo só poderá ser emitido mediante apresentação da baixa da obra no CREA e no INSS.

20 – DA FISCALIZAÇÃO:

20.1. A fiscalização da execução dos serviços/obra será exercida por técnicos do **NÚCLEO DE EXECUÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA – NEPE/SESAPI**, previamente designados, que poderão ser assessorados por profissionais ou empresas especializadas na execução do controle quantitativo e qualitativo, e no acompanhamento dos trabalhos;

20.1.1. A mudança de fiscais pela SESAPI será imediatamente comunicada por escrito à CONTRATADA, indicando-se os seus respectivos substitutos;

20.2. Sem prejuízo de plena responsabilidade da CONTRATADA perante terceiros, todos os serviços contratados estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita inspeção dentro do horário normal de trabalho, em toda área abrangida pelas obras, por pessoas devidamente credenciadas pela SESAPI;

20.3. A CONTRATADA manterá no canteiro de obras, sob guarda e a disposição da Fiscalização, os seguintes documentos:

20.3.1. Um livro de ocorrências da obra;

20.3.2. Uma via do quadro de discriminação orçamentária e indicações dos detalhes administrativos e técnicos de interesse da obra;

20.4. No livro de ocorrência serão lançadas diariamente todas as ocorrências da obra.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

21.1. As penalidades administrativas aplicáveis à CONTRATADA, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei nº 8.666/93.

21.2. A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato será calculada sobre o valor dos serviços não concluídos, competindo sua aplicação ao titular do órgão CONTRATANTE, observando os seguintes percentuais:

a) de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 15 (quinze) dias; e

b) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias; e

c) de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 60 (sessenta) dias, findo o qual a CONTRATANTE rescindirá o contrato correspondente, aplicando-se à CONTRATADA as demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

21.3. Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a CONTRATADA:

a) Prestar informações inexatas ou opor obstáculo ao acesso à fiscalização da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí – SESAPI, no cumprimento de suas atividades;

b) Desatender às determinações da fiscalização da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí; e

c) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

21.4. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a CONTRATADA:

a) Executar os serviços em desacordo com o projeto básico, normas e técnicas ou especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias, às suas expensas;

b) Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência imperícia dolo ou má fé, venha a causar danos à CONTRATANTE ou a terceiros, independentemente da obrigação da CONTRATADA em reparar os danos causados;

c) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à CONTRATANTE ou a terceiros, independentemente da obrigação da CONTRATADA em reparar os danos causados.

21.5. ADVERTÊNCIA

21.5.1. A aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:

a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou nas licitações, desde que acarretem pequeno prejuízo ao Estado do Piauí, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;

b) Execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;

c) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades da SESAPI, desde que não sejam passíveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

21.6. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

21.6.1. A suspensão do direito de licitar e contratar com o Estado do Piauí pode ser aplicada aos licitantes e contratados cujos inadimplementos culposos prejudicarem o procedimento licitatório ou a execução do contrato, por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da intimação;

21.6.2. A penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Estado do Piauí nos seguintes prazos e situações:

a) Por 06 (seis) meses nos seguintes casos:

I – Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente e na licitação que tenha acarretado prejuízos significativos para o Estado do Piauí;

II – Execução insatisfatória do objeto deste ajuste, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência.

b) Por um ano:

I – Quando o licitante se recusar a assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela SESAPI.

c) Por 02 (dois) anos, quando o contratado:

I – Não concluir os serviços contratados;

II – Prestar os serviços em desacordo com as especificações ou com qualquer outra irregularidade, contrariando o disposto no edital de licitação, não efetuando sua substituição ou correção no prazo determinado pela SESAPI;

III – Cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízos ao Estado, ensejando a rescisão do contrato ou frustração do processo licitatório;

IV – Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

V – Demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Estado do Piauí, em virtude de atos ilícitos praticados;

VI – Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham conhecimento em razão da execução deste contrato, sem consentimento prévio da SESAPI.

21.7. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

21.7.1. A declaração de inidoneidade será proposta pelo NÚCLEO DE EXECUÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA – NEPE ao Secretário de Estado da Saúde se constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do Estado do Piauí, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao Estado do Piauí ou aplicações sucessivas de outras sanções administrativas.

21.7.2. A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante o Secretário da Saúde, depois de ressarcidos os prejuízos e decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

21.7.3. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública será aplicada ao licitante ou CONTRATADA nos casos em que:

a) tenha sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrarem não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Estado do Piauí, em virtude de atos ilícitos praticados;

d) reproduzirem, divulgarem ou utilizarem em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão de execução deste contrato, sem consentimento prévio da SESAPI, em caso de reincidência;

e) apresentarem à SESAPI qualquer documento falso, ou falsificado no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação, ou no curso da relação contratual;

f) praticarem fato capitulado como crime pela Lei nº 8.666/93.

21.7.4. Independentemente das sanções a que se referem os itens 18.2 a 18.4, o licitante ou contratado está sujeito ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a SESAPI propor que seja responsabilizado:

a) civilmente, nos termos do Código Civil brasileiro;

b) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinente;

c) criminalmente, na forma da legislação pertinente.

21.8. Nenhum pagamento será feito ao executor dos serviços que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

21.9. As sanções serão aplicadas pelo titular da SESAPI, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com exceção da declaração de inidoneidade, cujo prazo de defesa é de 10 (dez) dias da abertura de vista, conforme §3º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

21.10. As multas administrativas previstas neste instrumento, não têm caráter compensatório e assim, o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

22. DA RESCISÃO:

22.1. O Contrato a ser celebrado poderá ser rescindido na forma dos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93:

I – Administrativamente, nos seguintes casos:

a) Não cumprimento de cláusulas contratuais, de especificações, dos detalhes executivos ou de prazos;

b) Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, dos detalhes executivos ou de prazos;

c) Lentidão no seu cumprimento, levando a SESAPI a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

d) Atraso injustificado no início das obras, serviços ou fornecimentos;

e) A paralisação das obras, dos serviços ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação a SESAPI;

f) A Subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do licitante contratado a outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação do licitante contratado, não admitido previamente pela SESAPI.

g) Desatendimento às determinações regulares das autoridades designadas para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;

h) Cometimento reiterado de faltas na execução do objeto contratado;

i) Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil em condições que, a juízo da Secretaria da Saúde, ponham em risco a perfeita execução das obras e serviços;

j) Dissolução da sociedade contratada;

k) Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura do licitante contratado que, a juízo da Secretaria da Saúde, prejudique a execução do Contrato;

l) Razões de interesse do serviço público, de alta relevância e amplo conhecimento – justificadas e determinadas pela Secretaria da Saúde do Estado do Piauí e exaradas no processo administrativo referente ao Contrato;

m) Supressão de obras e serviços que acarretem modificações do valor inicial do Contrato além do limite imposto ao contratado;

n) Suspensão de sua execução, por ordem escrita da Secretaria da Saúde do Estado do Piauí por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações. É assegurado ao licitante contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

o) Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Secretaria da Saúde do Estado, em razão da execução do objeto do Contrato, ou parcelas destes, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao licitante contratado, o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

p) Não liberação, pela SESAPI, de área ou local para execução dos serviços, nos prazos contratuais, assegurado ao licitante contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

q) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, que seja impeditivo da execução do Contrato.

r) Descumprimento do disposto no inciso V do artigo 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

I – Amigavelmente pelas partes.

II – Judicialmente.

22.1.1. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

22.1.2. No caso de rescisão administrativa embasada em razões de interesse do serviço público, prevista nas letras "l", "m", "n", "o", "p" e "q", do subitem 14.1, sem que haja culpa do licitante contratado, este será ressarcido dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, tendo ainda direito a:

I – Pagamento devido pela execução do Contrato até a data da rescisão;

II – Pagamento do custo de desmobilização.

22.1.3. A rescisão administrativa prevista nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l" e "q", poderá acarretar as seguintes consequências, aplicáveis segundo a ocorrência que a justificar, sem prejuízos das sanções previstas:

I – assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da SESAPI;

II – ocupação e utilização, nos termos da legislação vigente, do local, instalação, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do Contrato, necessário à sua

continuidade, a serem devolvidos ou ressarcidos posteriormente, mediante avaliação na forma do inciso V do Artigo 58, da Lei nº 8.666/93;

III – retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados a SESAPI.

22.1.4. A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do subitem anterior fica a critério da SESAPI, que poderá dar continuidade às obras e serviços por execução direta ou indireta.

22.1.5. O presente Contrato poderá ser rescindido, ainda, pela SESAPI, se a CONTRATADA transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução das obras e serviços contratados, sem prévia e expressa autorização da SESAPI.

22.1.6. Não poderão ser invocados como motivo de força maior ou caso fortuito, senão aquele previsto no artigo 393 do Código Civil brasileiro.

22.1.7. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

23.1. A apresentação da proposta implica na aceitação plena das condições estabelecidas nesta Concorrência.

23.2. É reservado à CONTRATANTE o direito de anular ou revogar esta licitação sem que tal ato gere qualquer indenização ao participante.

23.3. Das decisões proferidas pela CPL caberão recursos nos prazos e condições estabelecidos no art. 109, da Lei Federal nº 8.666/93.

23.4. Os recursos deverão ser dirigidos ao Secretário de Estado da Saúde, através da Presidente da CPL/SESAPI, interpostos mediante petição registrada no Protocolo-Geral da SESAPI, devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente, que comprovará sua condição como tal.

23.5. Os recursos deverão ser entregues à CPL no prazo legal, não sendo conhecidos os interpostos fora dele.

23.6. Quaisquer informações ou esclarecimentos, com relação a este Edital e seus anexos, poderão ser obtidos junto à Comissão Permanente de Licitação, através de correspondência dirigida à mesma, no horário comercial, de 2ª a 6ª feira, ou através do fac-símile (86) 3216-3604, até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data de entrega dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e das PROPOSTAS.

23.7. O presente EDITAL é regido pela Lei 8.666/93, com as alterações posteriores introduzidas pelas Leis nº 8.883/94, nº 9.032/95 e nº 9.648/98, e pela norma supletiva contida no Dec. Est. 14.483/11, tendo sido submetido à apreciação da PGE (Procuradoria Geral do Estado do Piauí), que se manifestou mediante os seguintes **Pareceres: PGE/PLC Nº 692/2013 (Consultoria Setorial da SESAPI); e Despacho PGE/PLC Nº 113/2013 (Procuradoria de Licitações e Contratos).**

23.8. Os casos omissos e controversos serão resolvidos pelas disposições da Lei nº 8.666/93 com as alterações estabelecidas pela Lei nº 8.883/94, e legislação correlata, mediante apreciação da Procuradoria Geral do Estado do Piauí (PGE).

23.9. São os seguintes os meios de comunicação à distância, que poderão ser usados pelos interessados em obter informações sobre a licitação, no horário das 7:30 horas até às 13:30 horas, de segunda a sexta-feira

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
A/C PRESIDENTE DA CPL/SESAPI
CENTRO ADMINISTRATIVO - TERESINA-PI
FONE/FAX: (86) 3216-3604
Email: cplsaude@saude.pi.gov.br

ANEXOS:

ANEXO I – PROJETOS, ESPECIFICAÇÕES E PLANILHAS DE PREÇOS BÁSICOS
ANEXO II – MODELO DE CARTA PROPOSTA
ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO – EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA
ANEXO IV – MODELO DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA - GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO
ANEXO V - MODELO DE FICHA DE DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL
ANEXO VI – MODELO DE COMPROMISSO DE PARTICIPAÇÃO
ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE VISITA AO LOCAL DAS OBRAS
ANEXO VIII: DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDO (ES) PÚBLICO (S) ESTADUAL (IS) EM SEU QUADRO SOCIETÁRIO;
ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO

Teresina (PI), 09 de setembro de 2013.

Elayna Dantas da Costa e Silva
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ciente:

ERNANI DE PAIVA MAIA
SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

ANEXO II – CARTA PROPOSTA

Local e data

À
Comissão Permanente de Licitação – CPL
Secretaria da Saúde do Estado do Piauí - SESAPI
Teresina – Piauí

Ref.: CONCORRÊNCIA Nº 02/2013-CPL/SESAPI

Prezados Senhores,

Apresentamos a Vossa Senhoria nossa proposta para **REFORMA E AMPLIAÇÃO DOS HOSPITAIS REGIONAIS DE FLORIANO – PI (TIBÉRIO NUNES), DE PARNAÍBA – PI (DIRCEU ARCOVERDE) E DE PICOS – PI (JUSTINO LUZ), PARA IMPLANTAÇÃO DE UTI/UCI NEONATAIS NOS RESPECTIVOS HOSPITAIS**, objeto da **Concorrência Nº 02/2013-CPL/SESAPI**, nos termos do Processo nº **AA.900.1.008891/13-36**, conforme especificações constantes nas Planilhas Orçamentárias, pelo preço global de R\$... (...), com prazo de execução de 180 (cento e oitenta) dias corridos, conforme planilha anexa.

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr. ..., Carteira de Identidade nº ..., expedida pela SSP/..., e CPF nº ..., como representante legal desta empresa.

Informamos que o prazo de validade da nossa proposta é de ... (...) dias corridos, a contar da data de abertura da licitação.

Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Atenciosamente,

RESPONSÁVEL TÉCNICO

ANEXO III - DECLARAÇÃO – EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

(PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)

À
Comissão Permanente de Licitação – CPL
Secretaria da Saúde do Estado do Piauí - SESAPI
Teresina – Piauí

Ref.: CONCORRÊNCIA Nº 02/2013-CPL/SESAPI

DECLARAÇÃO

..., inscrita no CNPJ sob o nº ..., por intermédio de seu representante legal o Sr. , portador da Carteira de Identidade nº ... e do CPF nº ..., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do at. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescida pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(DATA)

(NOME)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

ANEXO IV – CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA - GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Local e data

À
Comissão Permanente de Licitação – CPL
Secretaria da Saúde do Estado do Piauí - SESAPI
Teresina – Piauí

Ref.: **CONCORRÊNCIA Nº 02/2013-CPL/SEAPI**

Prezados Senhores,

Pela presente Carta de Fiança, o Banco ..., com sede à rua ..., CNPJ nº ..., por si diretamente e seus sucessores, se obriga perante o Governo do Estado do Ceará, em caráter irrevogável e irretratável como fiador solidário e principal pagador, com expressa renúncia ao benefício estatuído no artigo 827 do Código Civil Brasileiro, da firma ..., com sede à rua ..., CNPJ nº ... ,da importância de R\$...(…), correspondente a ... (... por cento) do valor do Contrato, a qual será reajustada a partir da data de entrega dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTAS da CONCORRÊNCIA Nº 02/2013-CPL/SEAPI, na mesma periodicidade e fórmula de reajuste constante do Contrato nº ..., datado de

A presente fiança é prestada para o fim específico de garantir o cumprimento, por parte de nossa afiançada, das obrigações estipuladas no Contrato antes referido, celebrado, por nossa afiançada e o Governo do Estado do Piauí.

Por força da presente fiança e em consonância com o Contrato acima indicado, obriga-se este Banco a pagar ao Governo do Estado do Piauí, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado do simples aviso que pela mesma lhe for dado, até o limite do valor fixado acima, quaisquer importâncias cobertas por esta fiança.

Esta garantia, vigorará pelo prazo superior a ... (...) dias do prazo do contrato acima mencionado e seu(s) aditamento(s), até a extinção de todas as obrigações assumidas por nossa afiançada através do referido Contrato. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, o valor desta garantia será aditado no valor proporcional ao montante acrescido ao contrato.

Nenhuma objeção ou oposição da nossa afiançada será admitida ou invocada por este Banco para o fim de escusar do cumprimento da obrigação assumida neste ato e por este instrumento perante o Governo do Estado do Piauí.

Declara, ainda, este Banco fiador, que a presente fiança está devidamente contabilizada e que satisfaz às determinações do Banco Central do Brasil e aos preceitos da legislação bancária aplicáveis e que os signatários deste instrumento estão autorizados a prestar a presente fiança. Declara, finalmente, que está autorizado pelo Banco Central do Brasil a expedir Carta de Fiança e que o valor da presente se contém dentro dos limites que lhe são autorizados pela referida entidade federal.

A presente fiança foi emitida em 01 (uma) única via.

Local e data

Nome / Assinatura do Representante Legal

(Reconhecer a firma)

ANEXO V - FICHA DE DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Dados pessoais do representante e/ou procurador da futura CONTRATADA, indicado para assinatura do Contrato:

NOME:

NACIONALIDADE:

ESTADO CIVIL:

PROFISSÃO:

RG:

CPF:

DOMICÍLIO:

CIDADE:

UF:

ANEXO VI – COMPROMISSO DE PARTICIPAÇÃO

(PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)

Local e data

À
Comissão Permanente de Licitação – CPL
Secretaria da Saúde do Estado do Piauí - SESAPI
Teresina – Piauí

Ref.: CONCORRÊNCIA Nº 02/2013-CPL/SESAPI

Prezados Senhores,

Pelo presente autorizo a incluir meu nome para compor a Equipe Técnica, conforme os termos da Lei, e comprometo-me a participar dos serviços de ..., nos termos do Edital em referência.

Atenciosamente,

NOME DO TÉCNICO

Registro no CREA – CPF

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE VISITA AO LOCAL DAS OBRAS

À
Comissão Permanente de Licitação – CPL
Secretaria da Saúde do Estado do Piauí – SESAPI
Teresina – Piauí

Ref.: CONCORRÊNCIA Nº 02/2013 - CPL/SESAPI

DECLARAÇÃO

Declaramos ter visitado o local onde serão executadas as obras, tomando conhecimento de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução dos mesmos e que o projeto é compatível com o local.

Local e Data

Nome e assinatura do representante legal

RG nº

**VISTO DO COORDENADOR NÚCLEO DE EXECUÇÃO DE PROJETO DE ENGENHARIA –
NEPE/SESAPI**

**ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR (ES) PÚBLICO (S)
ESTADUAL (IS) EM SEU QUADRO SOCIETÁRIO.**

DECLARAÇÃO

Ref.: CONCORRÊNCIA Nº 02/2013-CPL/SESAPI

..., inscrita no CNPJ sob o nº ..., por intermédio de seu representante legal, Sr. ..., portador da Carteira de Identidade nº ..., inscrito no CPF sob o nº ..., DECLARA, para fins do disposto no inciso III do artigo 9º, da Lei nº 8.666/93, que não possui, dentre seus diretores, administradores ou representante, servidor (es) da administração pública estadual.

Teresina (PI), ... de ... de 20XX.

(carimbo e assinatura do representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO IX - MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DOS HOSPITAIS REGIONAIS DE FLORIANO – PI (TIBÉRIO NUNES), DE PARNAÍBA – PI (DIRCEU ARCOVERDE) E DE PICOS – PI (JUSTINO LUZ), PARA IMPLANTAÇÃO DE UTI/UCI NEONATAIS NOS RESPECTIVOS HOSPITAIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, O ESTADO DO PIAUÍ POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SESAPI, E DO OUTRO, COMO CONTRATADA A EMPRESA

O Estado do Piauí, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAPI**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.553.564/0001-38, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, com sede na Avenida Pedro Freitas, S/N, Bairro São Pedro, Centro Administrativo, em Teresina – PI, neste ato representada por seu Secretário de Estado da Saúde, **SR. ERNANI DE PAIVA MAIA**, Brasileiro, Casado, Médico, RG nº 362.961-SJSP/PI e CPF nº 227.661.893-00, e a **Empresa ... LTDA.**, CNPJ nº ..., doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, situada na Rua ..., nº ..., bairro ..., CEP ..., em ... - ..., neste ato representada por seu Sócio-Administrador, Sr. ..., inscrito no CPF sob o nº ..., portador da carteira de identidade nº ..., expedida pela SSP/...; tendo em vista a homologação, pela SESAPI, do **EDITAL da CONCORRÊNCIA Nº 02/2013-CPL/SESAPI**, conforme despacho exarado no Processo Administrativo nº AA.900.1.008891/13-36, e o que mais consta dos citados autos, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, em conformidade com as normas da Lei nº 8.666/93, com as alterações nela introduzidas até a presente data, as quais submetem as partes para todos os efeitos, têm justo e acordado celebrar o presente **CONTRATO**, conduzido sob o regime de empreitada por preço global, regendo-se a contratação pelo fixado nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

1.1. O presente Contrato tem como fundamento a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, o Projeto Básico, o Cronograma Físico Financeiro (composição do B.D.I – 20,10%; Ref. SINAPI – janeiro/2013; SEINFRA-CE), o **Edital da Concorrência nº 02/2013-PL/SESAPI** e seus anexos, devidamente homologada pela **CONTRATANTE**, a proposta da **CONTRATADA**, tudo parte integrante deste termo, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste Contrato a **REFORMA E AMPLIAÇÃO DOS HOSPITAIS REGIONAIS DE FLORIANO – PI (TIBÉRIO NUNES), DE PARNAÍBA – PI (DIRCEU ARCOVERDE) E DE PICOS – PI (JUSTINO LUZ), PARA IMPLANTAÇÃO DE UTI/UCI NEONATAIS NOS RESPECTIVOS HOSPITAIS**, em regime de empreitada por preço global, por **ADJUDICAÇÃO POR LOTE**, de acordo com os elementos técnicos constantes do processo da licitação de que decorre este contrato, Processo Administrativo nº **AA.900.1.008891/13-36**.

2.2. Os serviços serão executados de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, e em obediência aos projetos e especificações, conforme as descrições abaixo (LOTES):

a) **LOTE 01:** REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL TIBÉRIO NUNES EM FLORIANO – PI PARA IMPLANTAÇÃO DE UTI/UCI NEONATAL;

b) **LOTE 02:** REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DIRCEU ARCOVERDE EM PARNAÍBA – PI PARA IMPLANTAÇÃO DE UTI/UCI NEONATALE ENFERMARIAS;

c) **LOTE 03:** REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ EM PICOS – PI PARA IMPLANTAÇÃO DE UTI/UCI NEONATAL (AMPLIAÇÃO DA UTI ADULTO) E DAS ENFERMARIAS.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA FONTE DE RECURSOS

3.1. Pela execução dos serviços a que alude este Contrato fica estabelecido o preço global de **R\$... (...)**, conforme PROPOSTA da licitante que fica fazendo parte integrante deste instrumento, e será pago em **06 (SEIS) PARCELAS**, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro e após aceite/recebimento dos serviços pela FISCALIZAÇÃO.

3.2. No preço global estão incluídos todos os impostos, taxas e contribuições necessárias à sua execução, os quais correrão às expensas da CONTRATADA.

3.3. Os recursos financeiros para a despesa decorrente desta contratação correm por conta do Estado do Piauí, por intermédio da Secretaria da Saúde – SESAPI, conforme a dotação orçamentária: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 170139 (SESAPI); PROJETO/ATIVIDADE: 1214 – CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UBA/UPA E HOSPITAIS REGIONAIS DE PICOS, PARNAÍBA E FLORIANO; FONTE DE RECURSO: 100/TESOURO ESTADUAL.**

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado conforme segue:

4.1.1. Apresentação pela CONTRATADA dos Boletins de Medição dos serviços efetivamente realizados à FISCALIZAÇÃO da SESAPI;

4.1.2. Após a constatação da realização dos serviços executados, a FISCALIZAÇÃO aprovará os Boletins de Medição, encaminhando para o devido pagamento pela SESAPI;

4.2. O Boletim de Medição relativo aos serviços executados no período de cada mês civil deverá ser apresentado a SESAPI até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente a realização dos serviços, para fins de conferência e atestação até o dia 20 (vinte) de cada mês, sendo então encaminhados à CONTRATANTE que se responsabilizará pelos recolhimentos dos encargos relativos à medição.

4.2. O valor de cada medição será determinado pelo somatório da multiplicação das quantidades de serviços efetivamente executados pelo preço unitário de cada serviço apresentado na Proposta comercial.

4.3. A CONTRATADA se obriga a apresentar junto à fatura dos serviços prestados, além da nota fiscal e recibo, cópia da quitação das seguintes obrigações patronais referente ao mês anterior ao do pagamento:

a) Recolhimento das contribuições devidas ao INSS (parte do empregador e parte do empregado), relativas aos empregados envolvidos na execução do objeto deste instrumento;

b) Recolhimento do FGTS, relativo aos empregados referidos na alínea superior;

c) Comprovante de recolhimento do PIS, COFINS e ISS, dentro de 20 (vinte) dias a partir do recolhimento destes encargos.

4.4 Somente será objeto de medição os serviços efetivamente realizados, sendo terminantemente proibido a medição de adiantamentos e/ou serviços incompletos.

4.5. A CONTRATADA deve apresentar juntamente com cada medição, relatório mensal sobre segurança e medicina do trabalho na obra/frente de serviço, indicando, se for o caso, os acidentes ocorridos e respectivas providências tomadas, fiscalizações realizadas pela Delegacia Regional do Trabalho e resultados destas, bem como as inspeções de iniciativa da própria CONTRATANTE.

4.6. O pagamento de cada fatura dependerá da apresentação dos documentos e quitações acima referidos.

4.7. Caso a medição seja aprovada pela FISCALIZAÇÃO da SESAPI, o pagamento dos serviços será efetuado até o 30º (trigésimo) dia seguinte ao dia da apresentação da fatura pela CONTRATADA na sede da CONTRATANTE.

4.8. O pagamento do preço contratual deverá guardar estreita relação com a execução dos serviços contratados e apresentação de seus efeitos ou resultados nos termos estabelecidos nos documentos da licitação em especial no cronograma físico-financeiro.

4.9. Os pagamentos dos serviços serão feitos por medições mensais, pelo Estado do Piauí, através da Secretaria de Estado da Saúde, em moeda legal e corrente no País, através de ordem bancária em parcelas compatíveis com o Cronograma Físico e Financeiro, contra a efetiva execução dos serviços e apresentação de seus efeitos, tudo previamente atestado pelo setor competente da SESAPI, em consonância com o SIAFEM – Sistema Integrado de Administração Financeira dos Estados e Municípios, mediante apresentação dos seguintes documentos:

I – Notas Fiscais de Serviços/Fatura.

II – Cópia da Guia da Previdência Social – GPS e Guia de Recolhimento do FGTS, devidamente quitadas, relativas ao mês da última competência vencida.

4.10. A Contratada poderá apresentar a SESAPI para pagamento, fatura ou documento equivalente. Recebida, a fatura ou cobrança será examinada pela SESAPI durante, no máximo, 10 (dez) dias. No exame a SESAPI, preliminarmente, verificará e certificará a efetiva execução dos serviços indicados na fatura e a regular entrega de seus efeitos. Estando tudo em ordem, o pagamento será feito em até 20 (vinte) dias contados do vencimento do prazo de exame da fatura, sem nenhum acréscimo ou agregado financeiro. Havendo correção a fazer, caso o pagamento seja efetuado a partir do 15º dia após o vencimento, a fatura retificada ou ajustada será processada como nova fatura, quanto aos prazos aqui estabelecidos.

4.11. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe caiba, sem prejuízo do que a referida obrigação pendente poderá ser descontada do pagamento devido pela SESAPI, pagando-se então, apenas o saldo, se houver.

4.12. Serão retidos na fonte os demais tributos e contribuições sobre os pagamentos mensalmente efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para cada tipo de serviço, conforme legislação.

4.13. Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento, desde que o contratado não tenha dado causa ao atraso, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, e haverá a incidência, uma única vez, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança (em observância ao disposto no art. 1º - F, da Lei 9494/97).

4.14. Os valores a serem pagos, no caso de ocorrer atraso na data prevista neste edital, deverão ser atualizados financeiramente, observado o item 4.13, desde que o contratado não tenha dado causa ao atraso, pelos índices de variação do IGP-M em vigor, pelos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança (em observância ao disposto no art. 1º - F, da Lei 9494/97), ou outro que revele o valor atual da moeda, calculado pela F.G.V., ou outro ente público, depois de decorridos 30 (trinta) dias da data da emissão do Atestado de Execução dos Serviços, que equivalem ao correspondente aceite na nota fiscal, ou fatura recebida pela SESAPI/PI, desde a data final de adimplemento de cada parcela dos serviços até a data do efetivo pagamento, ressalvada a responsabilidade da Contratada, estabelecida neste Edital e seus anexos.

4.15. O pagamento do preço previsto no contrato deverá observar o prazo não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, e o previsto no cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

4.16. Caso a execução dos serviços se estenda por mais de um ano, os preços da proposta vencedora poderão ser reajustados segundo índice que reflita o incremento de custos setoriais da Contratada, a cada período anual, conforme fixado na cláusula referente a reajustamento de preço.

4.17. A primeira fatura a ser paga deverá estar acompanhada da ART expedida pelo CREA da região onde estarão sendo executados as obras ou serviços, comprovando o registro do Contrato naquele Conselho e, também do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC, ficando condicionada a liberação do pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS

5.1. A CONTRATADA será convocada pela SESAPI para assinar este Contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da convocação e nas condições estabelecidas no procedimento licitatório que o originou, sob pena de a licitante vencedora decair do seu direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93.

5.2. Os serviços objeto desta contratação deverão ser executados e concluídos dentro do prazo de **180 (cento e oitenta) dias, para o lote 01, 180 (CENTO E OITENTA) DIAS para o Lote 02 e 180 (CENTO E OITENTA) DIAS para o Lote 03**, contados a partir do 5º

(quinto) dia útil da emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

5.2.1. O presente contrato terá vigência, **para fins específicos de execução e recebimento dos serviços, de 285 (duzentos e oitenta e cinco) dias para cada lote**, da data da sua assinatura, o qual corresponde à soma do Prazo de Execução da Obra (180 dias); mais o Prazo para Recebimento Provisório da obra (15 dias contados da comunicação escrita do contratado); mais o Prazo para Recebimento Definitivo da obra (90 dias contados do recebimento provisório).

5.3. Os prazos poderão ser prorrogados, mantidas as demais cláusulas do Contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, de conformidade com o disposto no § 1º do Art. 57, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, desde que justificado por escrito e devidamente aprovado pela SESAPI.

5.3.1. Os pedidos de prorrogação deverão se fazer acompanhar de um relatório circunstanciado e do novo cronograma físico-financeiro adaptado às novas condições propostas. Esses pedidos serão analisados pela fiscalização e aprovados pela Coordenadoria da SESAPI.

5.4. Os pedidos de prorrogação de prazos serão dirigidos a Coordenadoria da SESAPI, até **60 (sessenta) dias** antes da data do término do prazo contratual.

5.5. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela CONTRATANTE, não serão considerados como inadimplemento contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO

6.1. Os preços a serem praticados serão os de oferta em proposta.

6.2. Os preços são firmes e irajustáveis pelo período de 12 (doze) meses da apresentação da proposta. Caso o prazo exceda a 12 (doze) meses os preços contratuais poderão ser reajustados com periodicidade anual, nos termos da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, tomando-se por base a data de que trata o subitem 5.1, pela variação de Índices Nacionais, calculados pela Fundação Getúlio Vargas e publicados na seção de Índices Econômicos da revista "Conjuntura Econômica" da FGV, pela seguinte fórmula:

$$R = V \left[\frac{I - I_0}{I_0} \right]$$

Sendo

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual da obra/serviço a ser reajustado;

I₀ = Índice inicial - refere-se ao índice de custos do mês correspondente à data fixada para entrega da proposta, *pro rata dia*;

I = Índice relativo à data do reajuste, *pro rata dia*.

O índice de reajuste empregado na fórmula acima será o Índice Nacional da Construção Civil – Coluna 35 - calculado e publicado pela Fundação Getúlio Vargas na revista Conjuntura Econômica.

Ocorrendo a hipótese de alteração do prazo de reajuste estabelecido neste Edital, o Contrato decorrente desta Concorrência, se adequará de pronto às condições que vierem a ser estabelecidas pelo Poder Executivo ou Legislativo, no tocante à política econômica brasileira, se delas divergentes.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – Em caso de atraso na execução das obras/serviços atribuível à licitante adjudicatária, os preços contratuais serão reajustados pela fórmula estabelecida no subitem precedente, obedecendo-se os seguintes critérios:

a) Se os índices aumentarem prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que a etapa das obras/serviços seria realizada de conformidade com o programado no cronograma físico-financeiro;

b) Se os índices diminuïrem prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que as obras/serviços forem executados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS/DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA

7.1. A CONTRATADA estará obrigada a satisfazer os requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:

a) Recrutar elementos habilitados e com experiência comprovada fornecendo à CONTRATANTE relação nominal dos profissionais, contendo identidade e atribuição/especificação técnica;

b) Disponibilizar pessoal suficiente para execução da obra, bem como dispor de material necessário para sua conclusão;

c) Executar a obra através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou falta as quais venham a cometer no desempenho de suas funções, podendo a SESAPI solicitar a substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente;

d) Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;

e) Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção da obra, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;

f) Responder perante a CONTRATANTE, mesmo no caso de ausência ou omissão da FISCALIZAÇÃO, indenizando-a devidamente por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses, que possam interferir na execução do Contrato, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá aos danos causados a terceiros, devendo a CONTRATADA adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das normas emanadas das autoridades competentes e das disposições legais vigentes;

g) Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho etc., ficando excluída qualquer solidariedade da CONTRATANTE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere à CONTRATANTE;

h) Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO;

i) Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município ou terceiros, decorrentes da prestação dos serviços;

j) Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;

k) Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a Lei nº 9.605, publicada no DOU de 13/02/98;

l) Responsabilizar-se perante os órgãos e representantes do Poder Público e terceiros por eventuais danos ao meio ambiente causados por ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos ou contratados;

m) Manter durante toda a execução da obra, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

n) Manter nos locais dos serviços um "Livro de Ocorrências", onde serão registrados o andamento dos serviços e os fatos relativos às recomendações da FISCALIZAÇÃO. Os registros feitos receberão o visto da CONTRATADA e da FISCALIZAÇÃO;

o) A CONTRATADA deverá colocar na obra como residente um Engenheiro com experiência comprovada em execução de serviços semelhantes aos licitados, devendo seu nome ser submetido à aprovação da FISCALIZAÇÃO da SESAPI, após a assinatura do Contrato;

p) Observar as normas, critérios e procedimentos ambientais para a gestão dos rejeitos provenientes da obra.

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS/DAS OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA estará obrigada a satisfazer aos requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:

a) Prestar os serviços de acordo com as ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS e PROJETO BÁSICO, bem como observar o Princípio da vinculação ao edital da licitação que originou o presente Termo Contratual;

b) Atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais normas internacionais pertinentes ao objeto contratado;

c) Responsabilizar-se pela conformidade, adequação, desempenho e qualidade dos serviços e bens, bem como de cada material, matéria-prima ou componente individualmente considerado, mesmo que não sejam de sua fabricação, garantindo seu perfeito desempenho;

d) Apresentar, caso a CONTRATADA seja obrigada pela legislação pertinente, antes da 1ª medição, cronograma e descrição da implantação das medidas preventivas definidas no Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção – PCMAT, no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e seus respectivos responsáveis, sob pena de retardar o processo de pagamento;

e) Registrar o Contrato decorrente desta licitação no CREA, na forma da Lei, e apresentar o comprovante de “Anotação de Responsabilidade Técnica” correspondente antes da apresentação da primeira fatura, perante a SESAPI, sob pena de retardar o processo de pagamento;

f) Registrar o Contrato decorrente desta licitação junto ao INSS, e apresentar a matrícula correspondente antes da apresentação da primeira fatura, perante a SESAPI, sob pena de retardar o processo de pagamento;

g) Fornecer toda e qualquer documentação, cálculo estrutural, projetos etc., produzidos durante a execução do objeto do Contrato, de forma convencional e em meio digital;

h) Adquirir e fornecer Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC e Equipamentos de Proteção Individual – EPI, a todos os empregados, bem como orientá-los quanto à necessidade e obrigatoriedade de seu uso em serviço;

i) O contratado deve manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRANTE

A CONTRATANTE se obriga a:

1. Disponibilizar o local das obras;
2. Aprovar as medições em tempo hábil;
3. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, conforme estabelecido na cláusula sétima deste Contrato;
4. Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato;
5. Notificar a CONTRATADA, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do contrato;
6. Reter os tributos e contribuições sobre os pagamentos mensalmente efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para cada tipo de serviço, conforme legislação;
7. Aplicar penalidades, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SUBCONTRATAÇÕES

10.1. A CONTRATADA poderá subempreitar parte da obra, desde que **previamente** autorizada pela CONTRATANTE, conforme exigências:

10.1.1. Serão aceitas subcontratações de outros bens e serviços para o fornecimento do objeto deste Contrato. Contudo, em qualquer situação, a PROPONENTE vencedora é a única e integral responsável pelo fornecimento global do objeto.

10.1.2. Em hipótese nenhuma haverá relacionamento contratual ou legal da CONTRATANTE com os subcontratados.

10.1.3. A CONTRATANTE reserva-se o direito de vetar a utilização de subcontratadas por razões técnicas ou administrativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A fiscalização da execução dos serviços/obra será exercida por técnicos do **NÚCLEO DE EXECUÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA – NEPE/SESAPI**, previamente designados, que poderão ser assessorados por profissionais ou empresas especializadas na execução do controle quantitativo e qualitativo, e no acompanhamento dos trabalhos;

11.1.1. A mudança de fiscais pela SESAPI será imediatamente comunicada por escrito à CONTRATADA, indicando-se os seus respectivos substitutos;

11.2. Sem prejuízo de plena responsabilidade da CONTRATADA perante terceiros, todos os serviços contratados estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita inspeção dentro do horário normal de trabalho, em toda área abrangida pelas obras, por pessoas devidamente credenciadas pela SESAPI;

11.3. A CONTRATADA manterá no canteiro de obras, sob guarda e a disposição da Fiscalização, os seguintes documentos:

11.3.1. Um livro de ocorrências da obra;

11.3.2. Uma via do quadro de discriminação orçamentária e indicações dos detalhes administrativos e técnicos de interesse da obra;

11.4. No livro de ocorrência serão lançadas diariamente todas as ocorrências da obra.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

12.1. O recebimento da obra será feito por técnicos do **NÚCLEO DE EXECUÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA – NEPE/SESAPI** previamente designados para esse fim.

12.2. O objeto deste Contrato será recebido:

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, na medição final.

b) Definitivamente, pela equipe ou comissão técnica, mediante Termo de Entrega e Recebimento Definitivo, circunstanciado, assinado pelas partes, em até 90 (noventa) dias contados do recebimento provisório, período este de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

12.3. O Termo de Entrega e Recebimento Definitivo só poderá ser emitido mediante apresentação da baixa da obra no CREA e no INSS.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Será apresentada, pela Contratada, dentro do prazo previsto no item 5.1 deste Contrato, **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**, correspondente a **1% (um por**

cento) do valor global do Contrato em qualquer das modalidades previstas no item 3.2 do Edital.

13.2. A devolução da garantia estabelecida neste item será feita no prazo de 03 (três) dias após a apresentação do Termo de Entrega e Recebimento Definitivo.

13.3. Para efeito da devolução de que trata o subitem anterior, a garantia prestada pela CONTRATADA, quando em moeda corrente nacional, será atualizada monetariamente, através da aplicação da Caderneta de Poupança, calculada "*pro rata die*".

13.4. No caso de rescisão do contrato e/ou de paralisação dos serviços, a caução não será devolvida, a menos que estes fatos ocorram por conveniência administrativa, por mútuo acordo e após acerto financeiro entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. As penalidades administrativas aplicáveis à CONTRATADA, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei nº 8.666/93.

14.2. A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato será calculada sobre o valor dos serviços não concluídos, competindo sua aplicação ao titular do órgão CONTRATANTE, observando os seguintes percentuais:

a) de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 15 (quinze) dias; e

b) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias; e

c) de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 60 (sessenta) dias, findo o qual a CONTRATANTE rescindir o contrato correspondente, aplicando-se à CONTRATADA as demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

14.3. Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a CONTRATADA:

a) Prestar informações inexatas ou opor obstáculo ao acesso à fiscalização da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí – SESAPI, no cumprimento de suas atividades;

b) Desatender às determinações da fiscalização da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí; e

c) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

14.4. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a CONTRATADA:

a) Executar os serviços em desacordo com o projeto básico, normas e técnicas ou especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias, às suas expensas;

b) Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência imperícia dolo ou má fé, venha a causar danos à CONTRATANTE ou a terceiros, independentemente da obrigação da CONTRATADA em reparar os danos causados;

c) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à CONTRATANTE ou a terceiros, independentemente da obrigação da CONTRATADA em reparar os danos causados.

14.5. ADVERTÊNCIA

14.5.1. A aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:

a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou nas licitações, desde que acarretem pequeno prejuízo ao Estado do Piauí, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;

b) Execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;

c) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades da SESAPI, desde que não sejam passíveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

14.6. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

14.6.1. A suspensão do direito de licitar e contratar com o Estado do Piauí pode ser aplicada aos licitantes e contratados cujos inadimplementos culposos prejudicarem o procedimento licitatório ou a execução do contrato, por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data do recebimento da intimação;

14.6.2. A penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Estado do Piauí nos seguintes prazos e situações:

a) Por 06 (seis) meses nos seguintes casos:

I – Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente e na licitação que tenha acarretado prejuízos significativos para o Estado do Piauí;

II – Execução insatisfatória do objeto deste ajuste, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência.

b) Por um ano:

I – Quando o licitante se recusar a assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela SESAPI.

c) Por 02 (dois) anos, quando o contratado:

I – Não concluir os serviços contratados;

II – Prestar os serviços em desacordo com as especificações ou com qualquer outra irregularidade, contrariando o disposto no edital de licitação, não efetuando sua substituição ou correção no prazo determinado pela SESAPI;

III – Cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízos ao Estado, ensejando a rescisão do contrato ou frustração do processo licitatório;

IV – Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

V – Demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Estado do Piauí, em virtude de atos ilícitos praticados;

VI – Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham conhecimento em razão da execução deste contrato, sem consentimento prévio da SESAPI.

14.7. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

14.7.1. A declaração de inidoneidade será proposta pelo NÚCLEO DE EXECUÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA – NEPE ao Secretário de Estado da Saúde se constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do Estado do Piauí, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao Estado do Piauí ou aplicações sucessivas de outras sanções administrativas.

14.7.2. A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante o Secretário da Saúde, depois de ressarcidos os prejuízos e decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

14.7.3. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública será aplicada ao licitante ou CONTRATADA nos casos em que:

a) tenha sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrarem não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Estado do Piauí, em virtude de atos ilícitos praticados;

d) reproduzirem, divulgarem ou utilizarem em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão de execução deste contrato, sem consentimento prévio da SESAPI, em caso de reincidência;

e) apresentarem à SESAPI qualquer documento falso, ou falsificado no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação, ou no curso da relação contratual;

f) praticarem fato capitulado como crime pela Lei nº 8.666/93.

14.7.4. Independentemente das sanções a que se referem os itens 18.2 a 18.4, o licitante ou contratado está sujeito ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a SESAPI propor que seja responsabilizado:

a) civilmente, nos termos do Código Civil brasileiro;

b) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinente;

c) criminalmente, na forma da legislação pertinente.

14.8. Nenhum pagamento será feito ao executor dos serviços que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

14.9. As sanções serão aplicadas pelo titular da SESAPI, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com exceção da declaração de inidoneidade, cujo prazo de defesa é de 10 (dez) dias da abertura de vista, conforme §3º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

14.10. As multas administrativas previstas neste instrumento, não têm caráter compensatório e assim, o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1. O Contrato a ser celebrado poderá ser rescindido na forma dos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93:

I – Administrativamente, nos seguintes casos:

a) Não cumprimento de cláusulas contratuais, de especificações, dos detalhes executivos ou de prazos;

b) Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, dos detalhes executivos ou de prazos;

c) Lentidão no seu cumprimento, levando a SESAPI a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

d) Atraso injustificado no início das obras, serviços ou fornecimentos;

e) A paralisação das obras, dos serviços ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação a SESAPI;

f) A Subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do licitante contratado a outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação do licitante contratado, não admitido previamente pela SESAPI.

g) Desatendimento às determinações regulares das autoridades designadas para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;

h) Cometimento reiterado de faltas na execução do objeto contratado;

i) Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil em condições que, a juízo da Secretaria da Saúde, ponham em risco a perfeita execução das obras e serviços;

j) Dissolução da sociedade contratada;

k) Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura do licitante contratado que, a juízo da Secretaria da Saúde, prejudique a execução do Contrato;

l) Razões de interesse do serviço público, de alta relevância e amplo conhecimento – justificadas e determinadas pela Secretaria da Saúde do Estado do Piauí e exaradas no processo administrativo referente ao Contrato;

m) Supressão de obras e serviços que acarretem modificações do valor inicial do Contrato além do limite imposto ao contratado;

n) Suspensão de sua execução, por ordem escrita da Secretaria da Saúde do Estado do Piauí por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações. É assegurado ao licitante contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

o) Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Secretaria da Saúde do Estado, em razão da execução do objeto do Contrato, ou parcelas destes, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao licitante contratado, o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

p) Não liberação, pela SESAPI, de área ou local para execução dos serviços, nos prazos contratuais, assegurado ao licitante contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

q) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, que seja impeditivo da execução do Contrato.

r) Descumprimento do disposto no inciso V do artigo 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

I – Amigavelmente pelas partes.

II – Judicialmente.

15.1.1. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

15.1.2. No caso de rescisão administrativa embasada em razões de interesse do serviço público, prevista nas letras "l", "m", "n", "o", "p" e "q", do subitem 14.1, sem que haja culpa do licitante contratado, este será ressarcido dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, tendo ainda direito a:

I – Pagamento devido pela execução do Contrato até a data da rescisão;

II – Pagamento do custo de desmobilização.

15.1.3. A rescisão administrativa prevista nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l" e "q", poderá acarretar as seguintes conseqüências, aplicáveis segundo a ocorrência que a justificar, sem prejuízos das sanções previstas:

I – assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da SESAPI;

II – ocupação e utilização, nos termos da legislação vigente, do local, instalação, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do Contrato, necessário à sua continuidade, a serem devolvidos ou ressarcidos posteriormente, mediante avaliação na forma do inciso V do Artigo 58, da Lei nº 8.666/93;

III – retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados

a SESAPI.

15.1.4. A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do subitem anterior fica a critério da SESAPI, que poderá dar continuidade às obras e serviços por execução direta ou indireta.

15.1.5. O presente Contrato poderá ser rescindido, ainda, pela SESAPI, se a CONTRATADA transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução das obras e serviços contratados, sem prévia e expressa autorização da SESAPI;

15.1.6. Em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei 8.666/93, ou seja, a inexecução total ou parcial do contrato, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, serão reconhecidos todos direitos da Administração Pública Estadual.

15.1.7. Não poderão ser invocados como motivo de força maior ou caso fortuito, senão aquele previsto no artigo 393 do Código Civil brasileiro.

15.1.8. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DA CISÃO, INCORPORAÇÃO OU FUSÃO

Em havendo a *cisão*, *incorporação* ou *fusão* da futura empresa contratada, a aceitação de qualquer uma destas operações ficará condicionada a análise por esta administração contratante do procedimento realizado, tendo presente a possibilidade de riscos de insucesso na execução do objeto contratado, ficando vedada a sub-rogação contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos e os que se tornarem controvertidos serão decididos pela Lei nº 8.666/93, mediante prévia manifestação da PGE, garantido à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa de seus interesses.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EFICÁCIA E DA VIGÊNCIA

§ 1º A validade deste instrumento decorrerá de sua assinatura, tornando-se eficaz a partir da publicação, em extrato, na Imprensa Oficial, que será providenciada pela SESAPI nos termos do Parágrafo Único do Artigo 61 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. O início da validade ocorrerá da data da assinatura deste contrato e terá validade de 12 (DOZE) MESES, **para todos os fins de Direito previstos pelo ordenamento jurídico brasileiro.**

§ 2º O presente contrato deverá conter vínculo ao Edital da Licitação que o originou, a **CONCORRÊNCIA 02/2013 – CPL/SESAPI** e à proposta do licitante vencedor.

§ 3º O presente instrumento contratual é regido pela Lei 8.666/93, com as alterações posteriores introduzidas pelas Leis nº 8.883/94, nº 9.032/95 e nº 9.648/98, e pela norma supletiva contida no Dec. Est. 14.483/11.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

As partes elegem o foro da comarca de Teresina (PI), como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e para um só fim de direito, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

Teresina (PI), ____ de _____ de 2013.

ERNANI DE PAIVA MAIA

Secretário da Saúde do Estado do Piauí
CONTRATANTE

(EMPRESA)
(REPRESENTANTE/CARGO)
CONTRATADA

PROTOCOLO DE ENTREGA

EDITAL: **CONCORRÊNCIA Nº 02/2013-SESAPI**

OBJETO: **REFORMA E AMPLIAÇÃO DOS HOSPITAIS REGIONAIS DE FLORIANO – PI (TIBÉRIO NUNES), DE PARNAÍBA – PI (DIRCEU ARCOVERDE) E DE PICOS – PI (JUSTINO LUZ), PARA IMPLANTAÇÃO DE UTI/UCI NEONATAIS NOS RESPECTIVOS HOSPITAIS.**

DATA DE ABERTURA: **11 de setembro de 2013.**

HORÁRIO: **09:00h.**

LOCAL: Sala de Reuniões da CPL/SESAPI, Avenida Pedro Freitas, S/N, Bairro São Pedro, Centro Administrativo, em Teresina – PI.

R E C I B O

Recebemos da Comissão Permanente de Licitação da Secretaria da Saúde do Estado do Piauí, o Edital relativo à **CONCORRÊNCIA Nº 02/2013-SESAPI** e seus anexos, a que se refere o protocolo de entrega acima.

Teresina (PI), ____ de _____ de 2013.

Assinatura do Representante

FIRMA	
ENDEREÇO	
CNPJ	
TELEFONE	
E-MAIL	
NOME LEGÍVEL	

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 02/2013-SESAPI

OBJETO: REFORMA E AMPLIAÇÃO DOS SEGUINTE HOSPITAIS:

LOTE 01: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL TIBÉRIO NUNES EM FLORIANO – PI, PARA IMPLANTAÇÃO DE UTI/UCI NEONATAL;

LOTE 02: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DIRCEU ARCOVERDE EM PARNAÍBA – PI PARA IMPLANTAÇÃO DE UTI/UCI NEONATAL E ENFERMARIAS;

LOTE 03: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ EM PICOS – PI PARA IMPLANTAÇÃO DE UTI/UCI NEONATAL (AMPLIAÇÃO DA UTI ADULTO) E DAS ENFERMARIAS.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço, **ADJUDICAÇÃO POR LOTE.**

DATA DE ABERTURA: 11 de setembro de 2013 – 09:00 h.

LOCAL: Sala da CPL/SESAPI, Avenida Pedro Freitas, S/N, Bairro São Pedro, Centro Administrativo, SESAPI (Creche Risoleta Neves), Teresina-PI.

ESCLARECIMENTOS E AQUISIÇÃO DO EDITAL: No local acima, das 7:30 às 13:30 horas, Fone (86) 3216-3604, em meio eletrônico (CD ou pen-drive), ou pelo e-mail: cplsaude@saude.pi.gov.br.

Teresina (PI), 09 de agosto de 2013.

Elayna Dantas da Costa e Silva
Presidente da CPL/SESAPI